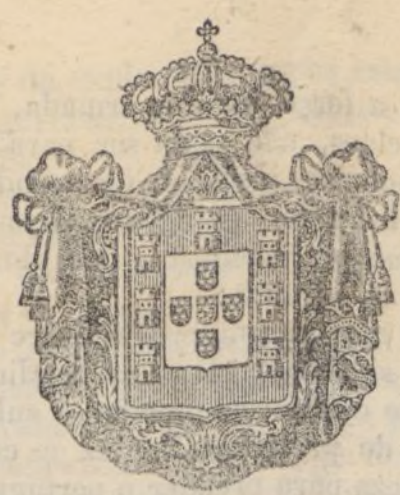


ASSIGNATURAS

Por um anno	10\$000
Por seis mezes	5\$600
Por tres mezes	3\$000
Avulso por folha	\$400
Anuncios, por linha	\$600

A correspondencia official da capital de-vo ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, aonde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Anunciam-se todas as publicações litterarias, de que se receberem dois exemplares.



DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

ASSIGNATURAS

Por um anno	12\$000
Por seis mezes	6\$600
Por tres mezes	3\$600
Communicados e correspondencias, por linha	\$600

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realisar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou communicados, deve vir acompanhada da importância das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

As pessoas que quizerem subscrever para o DIARIO DE LISBOA no 2.º trimestre do corrente anno podem dirigir-se á loja da venda do mesmo DIARIO, na rua Augusta n.º 224: os preços da assignatura são os seguintes:
Com estampilha 3\$600 réis
Sem estampilha 3\$000

A correspondencia para as assignaturas deve ser dirigida á referida loja, estampilhada e acompanhada da respectiva quantia. Os srs. assignantes do 1.º trimestre, que não quizerem soffrer interrupção na remessa do DIARIO, deverão em tempo renovar a sua assignatura.

Na referida loja acham-se á venda colleções do DIARIO DO GOVERNO dos annos de 1833 até 1859, pelo preço de 3\$000 réis por colleção de cada um dos ditos annos.

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECCÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO CIVIL

5.ª Repartição—5.ª Secção

Sua Magestade El-Rei, a quem foi presente o officio em que o governador civil do districto do Funchal dá conta de que a condessa do Farrobo, D. Eugénia; a viscondessa da Torre Bella, D. Vicência de Freitas; D. Julia de França Netto; e m.ª Gordon Stoddart; desajando minorar, quanto possível, os males que as classes necessitadas da ilha da Madeira soffrem, por effeito da epidemia de bexigas que ali grassa, se haviam constituido em commissão, com o fim de promoverem uma subscrição, e de socorrerem os doentes pobres, o que tinham realizado com mui feliz resultado; manda, pela secretaria d'estado dos negocios do reino, que o supradito governador civil dê em seu real nome aquellas senhoras os devidos louvores pela sua acrisolada caridade em prol da humanidade desvalida.

Pago das Necessidades, em 15 de março de 1860.

—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

DIRECCÃO GERAL DE INSTRUÇÃO PUBLICA

1.ª Repartição

DESPACHOS

INSTRUÇÃO SUPERIOR

Dr. Adrião Pereira Forjaz de Sampaio—agraciado com o augmento de um terço do ordenado, na conformidade da carta de lei de 17 de agosto de 1853.

INSTRUÇÃO SECUNDARIA

Dr. Luiz Adellino da Rocha Dantas—agraciado com o augmento de um terço do ordenado, na conformidade da carta de lei de 17 de agosto de 1853.

Manuel Antonio Garcia Murinello—agraciado com o augmento do terço do ordenado, na conformidade da citada carta de lei.

João Emilio de Azevedo Guedes—nomeado para a cadeira de grammatica portugueza e latina e latinitude na villa de Sabrosa, districto de Villa Real.

João Antonio Machado Junior—agraciado com a nomeação para o officio de perito em paleographia.

PROFESSORES VITALICIOS

Joaquim Maria Baptista de Sousa—nomeado para a cadeira de instrução primaria (1.º grau) da freguezia de Parada do Pinhão, concelho de Sabrosa, districto de Villa Real.

Antonio Alves Guerra—para a cadeira de instrução primaria de S. Julião, concelho de Valença, districto de Vianna do Castelo.

Dionisio Barreiro da Cunha—para a cadeira de instrução primaria de S. Julião, concelho de Valença, districto de Vianna do Castelo.

José Joaquim Martins de Lara—para a cadeira de instrução primaria da freguezia de Sapordos, concelho de Villa Nova da Cerveira, districto de Vianna do Castelo.

José Thomaz Piteira—para a cadeira de instrução primaria de Canha, concelho de Aldeia Gallega, districto de Lisboa.

Emigdio José de Vasconcellos—para a cadeira de instrução primaria de Santa Iria de Azoia, concelho de Villa Franca, districto de Lisboa.

PROFESSORES TEMPORARIOS

Francisco Xavier da Rosa Sampaio—para a cadeira de instrução primaria (1.º grau) da villa da Magdalena da ilha do Pico.

Joaquim Gonçalves Netto—para a cadeira de instrução primaria (1.º grau) da freguezia de Algez, concelho de Silves, districto de Faro.

Domingos Magdalena—para a cadeira de instrução primaria (1.º grau) da Lagiossa, concelho do Sabugal, districto da Guarda.

Antonio de Jesus e Silva—para a cadeira de instrução primaria (1.º grau) da freguezia de Permul, concelho de Pombal, districto de Leiria.

Manuel Antonio Gomes—para a cadeira de instrução primaria da freguezia de Calheiros, no districto de Vianna.

Joaquim Vicente da Gama—para a cadeira de instrução primaria (1.º grau) de Mora, concelho de Monte-mór do Novo, districto de Evora.

José Ferreira de Figueiredo Leitão—para a cadeira de instrução primaria (1.º grau) de S. Thiago de Besteiros, concelho de Tondella, districto de Vizeu.

Manuel Joaquim Martins Peixoto—para a cadeira de instrução primaria (1.º grau) de Corroço, concelho e districto de Vianna do Castelo.

Joaquim Henriques da Rocha—para a cadeira de

instrução primaria (1.º grau) da Bemposta, concelho de Penamacor, districto de Castello Branco.

José Lopes Diniz—para a cadeira de instrução primaria da freguezia de Mathens, concelho e districto de Villa Real.

João Marques da Silva Faia—para a cadeira de instrução primaria na freguezia de Fratel, concelho de Villa Velha de Rodão, districto de Castello Branco.

Francisco José de Araújo e Sá—para a cadeira de instrução primaria (1.º grau) de S. João de Brito, concelho de Guimarães, districto de Braga.

Luiz Antonio Antunes—para a cadeira de instrução primaria (1.º grau) de Baldrén, concelho de Villa Verde, districto de Braga.

Bento José Alves Pereira da Silva—para a cadeira de instrução primaria (1.º grau) de Santa Eulalia de Crespos, concelho e districto de Braga.

João Theodoro da Silva Ribeiro—para a cadeira de instrução primaria (1.º grau) de Libreiras, concelho de Idanha a Nova, districto de Castello Branco.

José Rebelo dos Santos—para a cadeira de instrução primaria (1.º grau) de Cabanas, concelho do Carregal, districto de Vizeu.

Joaquim de Noronha Abreu e Lima—para a cadeira de ensino primario da villa das Caldas da Rainha, concelho do mesmo nome, districto de Leiria.

Manuel Marques de Oliveira—para a cadeira de ensino primario de Soller de Mattos, concelho das Caldas da Rainha, districto de Leiria.

Manuel José de Oliveira Pinto—para a cadeira de ensino primario de Dornellas de Cabril, concelho de Castro Daire, districto de Vizeu.

Francisco Augusto de Lemos Pimentel—para a cadeira de instrução primaria do Travanca, concelho de Mogadouro, districto de Bragança.

Theodoro João Henriques—para a cadeira de ensino primario na freguezia de S. Martinho, concelho do Funchal, districto do mesmo nome.

Manuel Joaquim Galvão—para a cadeira de instrução primaria (1.º grau) da villa de Borba, concelho de Borba, districto de Evora.

Francisco José Nobre da Silva—para a cadeira de instrução primaria (1.º grau) de Santa Catharina, concelho de Tavira, districto de Faro.

José Luiz Carlos—para a cadeira de instrução primaria (1.º grau) da freguezia das Cortes, concelho e districto de Leiria.

José Dias Coutinho—para a cadeira de instrução primaria (1.º grau) no logar de Torgueda, concelho e districto de Villa Real.

José Domingues Nunes—para a cadeira de instrução primaria (1.º grau) do Cercal, concelho do Cadaval, districto de Lisboa.

José Henriques Seco—para a cadeira de instrução primaria (1.º grau) da freguezia de Villa Secca, concelho de Condeixa, districto de Coimbra.

Manuel José Teixeira de Araújo—para a cadeira de instrução primaria (1.º grau) de Vinhas, concelho de Macedo das Cavalheiros, districto de Bragança.

Antonio Joaquim dos Anjos—para a cadeira de instrução primaria (1.º grau) de Cardanhas, concelho de Moncorvo, districto de Bragança.

Nicolau Jorge Callado—para a cadeira de instrução primaria (1.º grau) da Matta, freguezia de Santa Eufemia, concelho de Torres Novas, districto de Santarem.

JUBILAÇÃO

João de Freitas e Almeida—professor da sexta cadeira do lyceu nacional do Funchal.

TRANSPRECIAS

José Fernandes de Almeida—da cadeira de ensino primario de Santa Maria do Bourgo, para a de igual disciplina estabelecida na freguezia de Parada: e o professor d'esta cadeira Antonio José de Almeida, para a que existe n'aquella outra freguezia.

3.ª REPARTIÇÃO

Pela direcção geral de instrução publica no ministerio do reino se hão de prover, precedendo concurso de 60 dias, que principiará em 25 do corrente mez, perante os commissarios dos estudos dos respectivos districtos, as cadeiras de instrução primaria (1.º grau) de Val de Ilhavo e São Pedro da Palhaça, no districto de Aveiro; de Amareleja, Santa Anna da Serra e São Martinho das Amoreiras, no de Beja; de Tibães, com assento em Padim da Graça, no de Braga; de Podence, no de Bragança; de Aldeia do Mato, no de Evora; do logar do Juncal, no de Leiria; do logar de Albarraque, com exercicio em Rio de Mouros, e do Rocio das Oliveiras, no de Lisboa; com o ordenado annual de 90\$000 réis, pagos pelo thesouro publico, e 20\$000 réis pelas camaras municipais respectivas; tendo alem d'isso a do Rocio das Oliveiras o subsidio annual de 70\$000 réis, pago pela camara municipal respectiva, para casa, mobilia e utensilios.

Os que pertencerem ser providos nas ditas cadeiras se habilitarão com certidão de idade de 21 annos completos; attestados de bom comportamento moral, civil e religioso, passados pelo parochio, pela camara municipal, e pelo administrador do concelho ou concelhos, onde tiverem residido os ultimos tres annos; certidão de folha corrida e de isenção do serviço militar, na conformidade da lei de 27 de julho de 1855; e documento por onde provenem que não padecem molestia contagiosa; tudo reconhecido e sellado. E logo que finde o prazo acima marcado lhes será assignado dia e hora para os exames na forma do regulamento respectivo, e do programma já publicado.

Secretaria d'estado dos negocios do reino, 20 de março de 1860. — O conselheiro director geral, José Maria de Abreu.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECCÃO GERAL DOS PROPRIOS NACIONAES

Por ordem superior se declara que foi mandado retirar da praça, que deve ter logar no dia 23 de abril futuro, o cerrado que chamam=Cerro do Caronoz, contemplado para venda na lista 1262-A, sob n.º 27014.

Segunda repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 20 de março de 1860. — Joaquim Pinheiro Silva.

Relação n.º 903, com referencia ao districto de Lisboa, dos titulos de renda vitalicia que se remetem pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de serem entregues ás interessadas, em conformidade das respectivas instrucções, por isso que têm de ser pagos pelo respectivo cofre central

NUMEROS DOS TITULOS		REFERENCIA AO ASSENTAMENTO GERAL QUE EXISTE NA REFERIDA DIRECCÃO						OBSERVAÇÕES
DOS QUE TÊM CONSIDERAÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO	DOS QUE NÃO TÊM ESSA CONSIDERAÇÃO	TITULO DO LIVRO	SEU NUMERO	NOME DAS AGRACIADAS	CLASSE INACTIVA A QUE FICA PERTENCENDO	VENCIMENTO LIQUIDO A QUE TÊM DIREITO		
						ANUAL	MESES	
11-806	-	Pensões	98	Apollinaria do C. Pinto Cerqueira (D.)	Pens.ª de consideração	60\$750	5\$069	Começa o abono em 3 de novembro de 1859. Idem. Idem.
11-807	-	"	"	Maria do Carmo Pinto Cerqueira (D.)	Idem	60\$750	5\$069	
11-808	-	"	"	Marianna Guil.ª Pinto Cerqueira (D.)	Idem	60\$750	5\$069	

Tercera repartição da direcção geral da contabilidade, em 17 de março de 1860. — Alexandre José da Silva e Almeida.

Relação n.º 904, com referencia ao districto de Lisboa, do titulo de renda vitalicia que se remette pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de ser entregue ás interessadas, em conformidade das respectivas instrucções, por isso que tem de ser pago pelo respectivo cofre central

NUMERO DO TITULO		REFERENCIA AO ASSENTAMENTO GERAL QUE EXISTE NA REFERIDA DIRECÇÃO						OBSERVAÇÃO
DOS QUE TÊM CONSIDERAÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO	DOS QUE NÃO TÊM ESSA CONSIDERAÇÃO	TITULO DO LIVRO	SEU NUMERO	NOME DA AGRACIADA	CLASSE INACTIVA A QUE FICA PERTENCENDO	VENCIMENTO LIQUIDO A QUE TEM DIREITO		
						ANNUAL	MESSAL	
-	11809	Pensões	38	Maria do Carmo da Silva Guerra (D.)	Pens. ^{ia} de monte pio	57\$996	4\$833	Começa o abono em 1 de novembro de 1859.

Tercera repartição da direcção geral da contabilidade, em 19 de março de 1860. — Alexandre José da Silva e Almeida.

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS,

COMMERIO E INDUSTRIA

DIRECCÃO GERAL DO COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição do commercio e industria

2.ª Secção

Para conhecimento do publico, e principalmente da classe industrial, se declara que n'esta data se remetteu para o instituto industrial de Lisboa, na conformidade da disposição do artigo 25.º do de-

creto de 31 de dezembro de 1852, o duplicado da descripção e desenho do privilegio concedido a Leopoldo Amoureux, subdito francez, para «um aparelho portatil de limpeza inodora com divisor e desinfectante das materias solidas e liquidas, convertendo as solidas em estrume.»

Repartição do commercio e industria, em 20 de março de 1860. — O chefe da repartição do commercio e industria, João Palha de Faria Lacerda.

Repartição de agricultura

ALFANDEGA MUNICIPAL DE LISBOA

Mapa da entrada, existencia, e preços dos cereaes em março de 1860, nos dias abaixo designados

		TRIGO		CEVADA		MILHO		CENTEIO		FARINHA	
		Moios	Alq.	Moios	Alq.	Moios	Alq.	Moios	Alq.	Moios	Alq.
Dia 12...	(Entrada, nacionaes	217	21	1	—	255	11	—	—	13	54
	(Existencia, nacionaes	969	21	1.244	8	2.014	4	1.195	56	429	38
13...	(Entrada, nacionaes	52	51	—	—	103	8	—	—	—	—
	(Existencia, nacionaes	855	36	1.234	8	1.874	48	1.195	56	425	18
14...	(Entrada, nacionaes	124	40	—	—	—	—	—	—	—	—
	(Existencia, nacionaes	978	35	1.071	31	1.899	4	1.195	56	417	18
15...	(Entrada, nacionaes	70	47	—	—	—	—	—	—	—	—
	(Existencia, nacionaes	896	42	1.080	31	1.693	18	1.187	56	414	45
16...	(Entrada, nacionaes	74	29	52	6	—	—	—	—	4	—
	(Existencia, nacionaes	832	28	1.130	37	1.595	8	1.163	56	413	29
Preços		660 a 820		360 a 430		380 a 500		410 a 430		—	

Repartição de agricultura, em 19 de março de 1860. — Rodrigo de Moraes Soares.

TRIBUNAL DE CONTAS

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Thomaz José Machado, como recebedor da 4.ª secção do bairro do Rocio, desde o 1.º de julho de 1857 até 30 de junho de 1859, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que visto o processo da liquidação da conta da responsabilidade de Thomaz José Machado, como recebedor da 4.ª secção do bairro do Rocio d'esta cidade, desde o 1.º de julho de 1857 até 30 de junho de 1859, mostra-se a fl. 1.ª v. e 2.ª importar, tanto o debito como o credito, em uma igual quantia de 208:524\$287 réis, incluindo-se no debito 78:970\$139 réis que passaram por balanco em documentos de cobrança e em dinheiro da conta da anterior gerencia do responsavel, como recebedor da dita secção, no periodo decorrido desde o 1.º de julho de 1854 até 30 de junho de 1857, julgada por accordo de 21 de março de 1859; e comprehendendo-se no credito a quantia de 73:497\$139 réis, sendo 73:371\$987 réis em documentos de cobrança, e 125\$152 réis em dinheiro, que passaram por balanco para a conta do corrente anno economico, como se prova pelos documentos e demonstrações de fl. 3 a 111. Mostra-se de fl. 113 a 116 que tendo sido citado o responsavel para responder sobre o estado da conta de que trata este processo se conformára com a liquidação feita, e requerera que a sua responsabilidade fosse julgada em conformidade com a mesma. O que tudo visto e o mais que consta dos autos, julgam a mesma conta devidamente processada, e declaram o referido Thomaz José Machado quite para com a fazenda publica pela sua gerencia de recebedor da 4.ª secção do bairro do Rocio d'esta cidade, desde o 1.º de julho de 1857 até 30 de junho de 1859, com a declaração de ficar a seu cargo para a conta da gerencia do presente anno economico o referido saldo de 73:497\$139 réis nas especies mencionadas. Lisboa, 2 de março de 1860. — Margiochi, relator — Lara — Nogueira Soares — Albergaria — Larcher. — Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme. — Secretaria do tribunal de contas, 10 de março de 1860. — Caetano Francisco Pereira Garcez.

No processo de julgamento da conta da camara municipal do concelho de Idanha a Nova, no anno economico de 1850 a 1851, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que mostrando-se pelo orçamento geral fl. 2 da receita e despesa da camara municipal do concelho de Idanha a Nova, do anno economico de 1850 a 1851, ser o seu rendimento inferior ao que se marca no n.º 2.º do artigo 11.º do decreto organico de 19 de agosto de 1859, não compete a este tribunal o julgamento da conta da mesma camara, d'aquelle anno.

Tribunal de contas, 6 de março de 1860. — Paiva Pereira, relator — Sampaio — Lobo. — Fui presente, Simas.

Está conforme. — Secretaria do tribunal de contas, 10 de março de 1860. — Caetano Francisco Pereira Garcez.

No processo de julgamento da conta da camara municipal do concelho de Loulé, no anno economico de 1852-1853, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho na 1.ª secção do tribunal de contas: que visto o orçamento geral, fl. 6 v., da receita e despesa da camara municipal do concelho de Loulé, do anno economico de 1852-1853, que não chegou a ser aprovado pelo conselho de districto; e considerando que, ou o rendimento da mesma camara n'esse anno se avalie por similhante orçamento, ou pelo do anno anterior devidamente aprovado, era computado n'uma somma inferior á que se marca no n.º 2.º do artigo 11.º do decreto de 19 de agosto de 1859; não compete por isso o julgamento da conta de que se trata a este tribunal.

Lisboa, 6 de março de 1860. — Paiva Pereira, relator — Sampaio — Lobo. — Fui presente, Simas.

creto de 31 de dezembro de 1852, o duplicado da descripção e desenho do privilegio concedido a Leopoldo Amoureux, subdito francez, para «um aparelho portatil de limpeza inodora com divisor e desinfectante das materias solidas e liquidas, convertendo as solidas em estrume.»

Repartição do commercio e industria, em 20 de março de 1860. — O chefe da repartição do commercio e industria, João Palha de Faria Lacerda.

Repartição de agricultura

ALFANDEGA MUNICIPAL DE LISBOA

Mapa da entrada, existencia, e preços dos cereaes em março de 1860, nos dias abaixo designados

, nos dias abaixo designados					
		CENTRIO		FARINHA	
Alq.		Moios	Alq.	Moios	Alq.
11	—	—	—	13	54
4	1:195	56	—	429	38
48	1:195	56	—	425	18
—	1:195	56	—	—	—
4	1:195	56	—	417	18
18	1:187	56	—	414	45
—	—	—	—	4	—
8	1:163	56	—	413	29
0	410 a 430	—	—	—	—

acompanhando alguns documentos relativos ao caminho de ferro do leste, pedidos pelo sr. José Esteves. — *Para a secretaria.*

2.º Do mesmo ministerio remetendo outros documentos relativos ao mesmo caminho, pedidos pelo mesmo sr. deputado. — *Para a secretaria.*

3.º Do ministerio dos negocios estrangeiros, renovando a proposta de lei para ser autorisado o governo a pagar ao conselheiro da legação, Margal José Ribeiro a diferença entre o ordenado de réis 300\$000, que percebe em quanto esteve em disponibilidade, e o de 400\$000 réis a que tinha direito segundo a tabella 1.ª annexa ao decreto com força de lei de 23 de novembro de 1836. — *A' commissão de fazenda, ouvida a diplomatica.*

4.º Do ministerio do reino, acompanhando dois exemplares das consultas das juntas geraes dos districtos, dos annos de 1855 a 1858, e outros dois dos relatorios dos governadores civis dos annos de 1856 a 1858; que foram pedidos pela camara. — *Para a secretaria.*

5.º Do ministerio da guerra, acompanhando uma proposta de lei, para se conceder uma pensão a D. Guilhermina Guimaraes de Oliveira e Silva. — *A' commissão de fazenda.*

6.º Do mesmo ministerio acompanhando uma proposta de lei concedendo a pensão vitalicia de réis 400\$000 a D. Thezera de Sampaio. — *A' mesma commissão.*

7.º Do mesmo ministerio acompanhando uma proposta de lei concedendo a pensão de 600\$000 réis a D. Thezera Augusta de La Lippe Chabert. — *A' mesma commissão.*

8.º Do mesmo ministerio, acompanhando uma proposta de lei, concedendo a pensão de 450\$000 réis á viscondessa de Villa Nova de Ourém. — *A' mesma commissão.*

9.º Do mesmo ministerio, acompanhando uma proposta de lei, concedendo uma pensão de 200 réis diários a Bento Luiz, remador da falua a serviço da Torre de S. Lourenço da Barra. — *A' mesma commissão.*

10.º Do mesmo ministerio, acompanhando uma proposta de lei, para serem declarados relevantes para os effeitos legais, que dahi devem resultar ás condessas de Samodães e de Lumières, e á viscondessa de Ovar os serviços prestados pelos seus fallecidos maridos. — *A' commissão de fazenda, ouvida a de guerra.*

11.º Do mesmo ministerio, acompanhando uma proposta de lei, para que a pensão de 300 réis diários concedida a José Francisco do Castro, possa ser fruída por sua mulher, depois da sua morte. — *A' commissão de fazenda.*

12.º Do secretario do senado do Brazil, acompanhando duas collecções dos annos da sessão do mesmo senado do anno de 1855; que offerece para o archivo d'esta camara, assim como enviará os que se publicarem nos annos seguintes. — *Para a bibliotheca.*

O sr. Presidente: — a camara de certo querará que se lavre na acta que recebeu com especial agrado esta offerta (*apoiados*).

Assim se resolveu.
O sr. Avila: — pede que a mesa procure examinar quaes os paizes em que existe o systema parlamentar e que fazem a troca dos documentos parlamentares com o nosso paiz, para que se lhe faça igual remessa, e n'aquelles em que não haja essa troca, que a mesa tomasse a iniciativa d'ella.

13.º Uma representação de oito antigos sargentos do exercito, que foram promovidos a officiaes pela junta do Porto, pedindo serem reformados no posto immediato. — *A' commissão de guerra.*

14.º Da camara municipal de Soure, pedindo que se não altere a directriz do caminho de ferro, que deve passar por aquella villa. — *A' commissão de obras publicas.*

15.º Da direcção da associação denominada *Doze de Agosto*, pedindo que aos officiaes convenienciados em Évora Monte, se façam boas as patentes que tinham no exercito do sr. D. Miguel. — *A' commissão de guerra.*

16.º Da camara municipal de Celorico de Basto, pedindo que se não altere a directriz da estrada de Guimarães a Trás os Montes, designada no contrato Langlois. — *A' commissão de obras publicas.*

Di-se expediente pela mesa aos seguintes requerimentos:

1.º Requeiro que, pelo ministerio do reino, se peça ao governo

I A copia do orçamento das diferentes misericordias do reino, no ultimo anno; e a respeito d'aquellas aonde não se tiver feito, se explique a razão porque não se fez, e n'este caso se remetta a copia do ultimo que se fizesse;

II A copia do compromisso da santa casa da misericordia de Lisboa, de Ceimbra e de todas que não tiverem o encargo de sustentarem o hospital publico das cidades e villas, aonde se acharem estabelecidas;

III O mappa dos encargos a que provêm as misericordias, que não têm o dos hospitaes publicos das cidades ou villas aonde existem. — *A. R. O. Lopes Branco.*

2.º Requeiro que, com a maior urgencia, seja enviada, pelo ministerio da guerra, á camara dos srs. deputados, uma relação nominal dos amanuenses da secretaria d'estado do mesmo ministerio, que, em virtude da reorganisação d'aquella secretaria, decretada em 22 de setembro do anno proximo passado, foram classificados para accesso; sendo a dita relação confeccionada pela ordem em que os referidos amanuenses devem ser promovidos. — *Antonio de Carvalho Coutinho de Vasconcellos.*

São remetidos ao governo.

Tem segunda leitura a seguinte proposta:

Renovo a iniciativa da proposta de lei n.º 3-B do 1853, relativa á organisação da secretaria d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça.

Secretaria d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça, em 17 de março de 1860. — *José Baptista da Silva Ferraes de Carvalho Martins.*

A commissão de legislação.

Tambem tem segunda leitura um projecto de lei dos srs. viscondes de Portocarrero e Jacome Correia, autorisando o governo a levantar um emprestimo até á quantia de 400:000\$000 réis para a construcção de um porto artificial na cidade de Ponta Delgada.

É admittido e enviado á commissão de fazenda, ouvida a de obras publicas.

O sr. Ferreira Pontes: — manda um requerimento para a mesa.

O sr. Guilherme Pacheco: — manda para a mesa uma representação da camara municipal do concelho de Paredes, pedindo que o seu concelho seja elevado á categoria de comarca.

O sr. Pinheiro Osório: — manda um requerimento para a mesa.

O sr. Pinto d'Albuquerque: — envia para a mesa uma representação dos commerciantes de Salvaterra do Extremo, pedindo que seja alterado o regulamento das alfandegas de 28 de julho de 1842.

O sr. Antonio de Carvalho: — manda para a mesa duas representações das camaras dos concelhos de Mira e Cantanhede, pedindo uma estrada que os ponha em communicação com Coimbra.

O sr. Pita de Castro: — manda para a mesa uma nota de interpeção ao sr. ministro das obras publicas.

O sr. Pulido: — a camara de Moura em uma das sessões da legislatura passada solicitou e obteve d'esta camara a concessão da cerca do convento de

S. Francisco, extra-muros d'aquella villa, para n'ella construir um cemiterio. Posteriormente, a mesma camara solicitou do parlamento a concessão do edificio do mesmo convento, que estava deteriorado, para estabelecer n'elle o aquartelamento para um destacamento de tropa que ali reside. Esta petição foi remetida á commissão de fazenda, que elaborou um projecto de lei, mas n'este projecto houve um equivoço, porque a commissão entendeu que a camara de Moura pedia a cerca para o cemiterio, quando essa já lhe tinha sido concedida, e o que ella pedia era o edificio, e sendo esta pretensão favoravel, renova e iniciava d'esse projecto, com a alteração que indica.

O sr. Pinto de Magalhães: — manda para a mesa um requerimento sobre negocio particular.

O sr. Barão das Lages: — manda para a mesa um requerimento.

O sr. Dias de Azevedo: — a divisão territorial está de tal maneira estabelecida que não cessam de vir representações sobre os meios de evitar esses maus effeitos que ella tem produzido; apresenta pois, uma representação de cento e cincoenta e oito habitantes do concelho da Golegã, representando contra a actual divisão territorial, tanto na parte administrativa como na ecclesiastica.

Por esta occasião deseja saber se effectivamente se fez sciencia o sr. ministro das obras publicas da sua interpeção, porque é de toda a urgencia; julga s. ex.ª perfeitamente habilitado, e deseja, a ser possivel, que ella se verifique hoje.

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa): — tem hoje de fallar muito longamente sobre um outro assumpto, e por isso pede que a interpeção tenha logar em outra occasião.

O sr. Dias de Azevedo: — concorda em que a interpeção se verifique em outra occasião, mas o mais breve possivel.

O sr. Ferraz de Miranda: — manda para a mesa uma representação da camara municipal de Tondella, em que pede o restabelecimento de uma cadeira de latim que ali existiu até 1854; reservando-se para a sustentar, quando vier o parecer da commissão.

O sr. Silva Cabral: — deseja saber em primeiro logar se já foi satisfeito um requerimento que fez no dia 10 d'este mez, pedindo diversos documentos pelo ministerio das obras publicas.

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa): — todos estes dias tem sido remetidos para a camara muitos documentos que tem sido pedidos pela secretaria de obras publicas; estão muitos amanuenses empregados exclusivamente para esse fim: aquelles a que se refere o illustre deputado são muito volumosos, esta-se trabalhando n'elles, e apenas estejam promptos serão remetidos.

O sr. Silva Cabral: — o outro objecto para que pediu a palavra é relativo a informações que lhe pôde dar o sr. relator da commissão de obras publicas. Logo depois de constituída a camara apresentou um requerimento, pedindo que a commissão se occupasse de um objecto, que os povos de Odeira julgam urgente, relativo á barra de Villa Nova de Milfontes.

Tendo perguntado em outra sessão ao sr. relator da commissão se tinha attendido a esta representação, respondeu que se tinham pedido ao governo os estudos que havia n'aquelle ministerio; mas o governo tendo respondido ultimamente que esses estudos já tinham sido remetidos para a camara em 1854, e não apparecendo elles na secretaria, cumpre que a mesa faça a diligencia por saber a quem foram entregues n'esta epocha, e faze-lhe recolher á secretaria para terem o destino competente, indo á commissão de obras publicas para serem considerados com a representação dos povos de Odeira.

O sr. Mousinho de Albuquerque: — quando a primeira vez o illustre deputado pediu á commissão que desse noticia do andamento que tinha dado á representação dos povos de Odeira, disse que a commissão pediu ao governo que lhe mandasse os estudos que por ventura houvesse aquelle respeito, a que o sr. ministro respondeu que esses esclarecimentos estavam já na camara. Dirigiu-se á secretaria, e ali lhe foi dada uma nota, de que esses documentos tinham vindo para a camara em 1854, mas que não estão lá. E o que pôde dizer ao illustre deputado.

O sr. Silva Cabral: — pelas observações do illustre deputado vê-se que effectivamente estes documentos foram remetidos para a camara em 1854, á commissão de obras publicas; no entantão é certo que elles não existem na secretaria, e é muito natural que fossem entregues a algum dos membros da commissão d'esse tempo, logo é facil na secretaria examinar-se quem eram os membros d'essa commissão, e exigir d'elles esses documentos.

O sr. Presidente: — pôde o illustre deputado estar certo de que a mesa vá dar aos ordens para esse fim.

O sr. Araújo: — manda para a mesa tres representações da camara municipal de S. Thiago do Cacem, pedindo: na 1.ª, que as contas das camaras municipais sejam prestadas por annos civis e não por annos economicos; na 2.ª, pedindo providencias para que se obste ao estado de devastação em que vão estando os montados de sobre em S. Thiago do Cacem; a 3.ª, pedindo que o governo providencie por forma que, no novo contrato que se vá fazer com a companhia de navegação do Algarve, o vapor continue a tocar sempre no porto de Sines, como até aqui.

O sr. Mousinho de Albuquerque: — ainda que não vê presentes os srs. ministros do reino e da guerra, contudo deseja chamar a attenção de ss. ex.ªs sobre dois pontos.

O primeiro é relativo aos conflictos que têm havido entre patrulhas nossas e soldados inglezes, andando estes organisados, armados e formados pelas ruas, facto que não sabe qualificar, e que deixa á camara a apreciação.

O segundo objecto diz respeito ao sr. ministro da guerra, e é relativo á remoção de Leiria do batalhão de caçadores n.º 6: deseja saber, como representante d'aquella localidade, se isto é uma simples remoção de corpo para ser substituído por outro, ou se fica aquella terra privada completamente de guarnição.

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa): — o seu collega da guerra tem estado doente ha mais de um mez, e por isso não tem podido comparecer; e o do reino muitas vezes tem estado presente antes da ordem do dia.

Quanto ao facto apresentado pelo illustre deputado, de andarem patrulhas de marinheiros ou soldados inglezes armados pelas ruas, e para elle desconhecido, e só o pôde attribuir ao fim de conduzi-los para bordo os marinheiros inglezes, que se acham em mau estado, o que sempre tem acontecido em muitas outras occasiões; no entanto fará sciencia o seu collega do reino, do que o illustre deputado acaba de dizer a este respeito; assim como ao sr. ministro da guerra, quanto á remoção do batalhão de caçadores n.º 6 de Leiria.

O sr. Nogueira Soares: — manda para a mesa o parecer da commissão de poderes sobre o diploma de um sr. deputado.

O sr. Arrobas: — pede a palavra para annunciar uma interpeção ao governo, sobre o facto que o sr. Mousinho acaba de mencionar, de andarem patrulhas inglezas armadas e formadas pelas ruas.

Sente muito que o sr. ministro dissesse que não sabia d'este caso: acha o facto escandaloso, e en-

tendendo que a força ingleza armada, e commandada por officiaes, não pôde ser para lavar para bordo os marinheiros inglezes; mas sendo certo que tem vindo a terra forças inglezas debaixo de forma, deseja que o sr. ministro das obras publicas lhe responda ao seguinte:

Quando se der uma desordem entre um subdito inglez e um subdito portuguez, acudindo a força ingleza, ha de esta força prender o subdito portuguez, ou ha de prender o inglez e esperar pela força portugueza para prender o portuguez? É uma cousa tão absurda, e offende tanto a dignidade nacional, que não pôde deixar de censurar o governo por tal consentir....

O sr. Presidente: — pede ao sr. deputado que se limite a mandar a sua nota de interpeção para a mesa, e não trate agora de apreciar os fundamentos d'ella, porque sendo dirigida ao sr. ministro do reino, e tendo o sr. ministro das obras publicas declarado já que ignora o caso a que ella se refere, toda a discussão é intempestiva, sem o sr. ministro do reino estar presente.

O sr. Arrobas: — manda para a mesa a nota de interpeção, e pede que seja prevenido o sr. ministro do reino para responder a ella logo que possa.

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa): — Declara que quando o sr. presidente der para ordem do dia interpeções, o governo ha de comparecer para responder.

Sobre a pergunta que lhe foi feita, se havendo desordem entre portuguezes e inglezes, ou se cometendo algum inglez um crime, as patrulhas inglezas o podem levar para bordo, está claro que tal pergunta não pôde ter senão uma resposta: se algum inglez commetter alguma desordem em terra com portuguezes, ha de ser preso pela força portugueza; não sabe que as patrulhas inglezas venham a terra, senão com o fim policial de levarem para bordo aquelles marinheiros que se acham impossibilitados de poderem ir por seu pé; é o mesmo que faz a nossa força de policia quando encontra algum individuo portuguez em estado de embriaguez, que o recolhe, não como preso, porque andar embriagado não é prohibido pelo codigo penal, mas para o pôr a coberto do rigor da estação. Ignora que a força ingleza venha a terra para outro fim, e é o sr. ministro do reino quem está mais no caso de dar as devidas informações a este respeito.

O sr. secretario Mamede: — participa á camara que em virtude das praticas seguidas pela mesa, fora desanjoar o sr. deputado Carlos Brandão de Castro Ferri, e que s. ex.ª se mostrara sumamente reconhecido por esta prova de benevolencia da camara.

É lido e approved o parecer da commissão de verificação de poderes sobre o diploma do sr. deputado Joaquim Ribeiro de Faria Guimarães, e em seguida introduzido este sr. na camara, onde presta juramento e toma assento.

ORDEM DO DIA

CONTINUAÇÃO DA DISCUSSÃO NA GENERALIDADE DO PROJECTO N.º 13, SOBRE CAMINHOS DE FERRO

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa): — As asserções que apresentou hontem á camara a proposito dos trabalhos a que se estava procedendo em uma extensão de 54 kilometros na linha do Alentejo, acabam de lhe ser confirmadas e ratificadas pelas informações de um distincto engenheiro portuguez, que dirige parte d'aquelles trabalhos, e que tomou parte na confecção dos estudos de algumas d'aquellas secções, engenheiro conhecido da maior parte dos membros da camara, por que foi na sessão passada um dos ornametos d'ella, não só pela sua intelligencia, mas principalmente, permitta-se-lhe dizer, pela nobreza e lealdade do seu caracter, qualidades sem duvida dignas de serem apreciadas.

Soubes pelos estudos a que se tinha procedido, o acabava de verificar pelas informações d'aquelle distincto engenheiro, que a secção que se está construindo é effectivamente a mais difficil.

Ouvira dizer que se estava construindo uma secção no platô do Alentejo; que aquelle ponto era uma planicie. Podia assegurar á camara que os pontos que têm sido atacados (termo proprio) são os mais difficis, os mais accidentados (*apoiados*), como é quasi todo o nosso paiz, onde, salvos alguns tratos de terreno, é dos mais difficis para o estabelecimento de linhas ferreas, não porque tenha grandes montanhas, mas pelas ondulações que apresenta, o que exige mais movimentos de terra, e maior numero de obras de arte (*apoiados*).

Sabe por aquella autoridade tecnica e competente que os declives que vinham no projecto podiam ser modificados; e de uma maneira muito facil para a camara, que era dar maior desenvolvimento á linha; mas todos sabem que dar maior desenvolvimento á linha, quer dizer pagar mais subvenção, porque sendo esta paga na proporção do numero dos kilometros, quanto mais extensão a linha tiver, maior numero de kilometros ha a pagar de subvenção. Os declives adoptados n'aquella linha estão inferiores aos declives hoje estabelecidos em todos os cadernos de encargos das linhas francezas; e o nosso caminho de ferro, seguindo as clausulas estabelecidas no contrato definitivo, fica com condições mais vantajosas do que muitos que se estão fazendo em França e Hespanha.

No contrato em discussão o minimo dos raios das curvas é de 500 metros, podendo ser em casos excepcionaes de 400; e de 300 nas vias de resguardo, sendo na linha do Alentejo de 500 metros; e em todos os cadernos de encargos de 1857 das linhas de França e Hespanha, aquelle minimo é de 300 metros.

Não é exacto dizer-se que a linha do Alentejo era na maior parte em curvas e não em linha recta, por quanto aquella linha, que tem 54 kilometros, só 14 são em curvas e 40 em linha recta, e já se vê que não ha proporção entre 40 e 14; mas ainda que fossem mais de 14, não era isso defeito.

Continuaria a expor á camara tudo que se passou sobre a negociação d'este caminho de ferro, por que questões d'esta natureza devem ser tratadas com toda a franqueza e sinceridade, para a camara, de accordo com o governo, poderem resolver um assumpto de tão alta importancia e conveniencia para o paiz (*apoiados*).

Disse-se na camara, que em questões d'esta ordem não devia intervir a politica, mas infelizmente não aconteceu assim; e ás vezes mesmo de boa fé da parte das pessoas que tomam a peito estes negocios.

Um sr. deputado que tomou a palavra na discussão da resposta ao discurso da coroa, fallando d'este objecto, contou á camara uma conversação particular, em que o fez figurar a elle orador, attribuindo-lhe palavras que não podia ter pronunciado, porque as não pronunciava uma pessoa bem educada. Se quizesse trazer para a camara conversações particulares, e se ellas podessem ser empregadas como argumentos, referiria uma anecdota a respeito da questão que se discute, e que lhe asseveraram ter tido logar entre o sr. deputado a quem se referia e outro cavalheiro, que dizendo-lhe ser necessario em questões d'esta ordem pôr de parte a politica, o sr. deputado respondera, que d'esse modo o ministerio seria eterno. De maneira que não se combate o contrato do caminho de ferro por defeitos, nem por zelo pelo concurso, zelo que pôde parecer um pouco suspeito da parte d'aquelles que não admittiam este principio; mas unicamente pelo desejo de contradizer e combater o governo.

Veja-se o que disse a imprensa quando appareceu o contrato provisório do caminho de ferro. Então

não havia modificações; não havia offensa aos principios de concurso, e no entanto elle, orador, que presda do coração a liberdade de imprensa, como a presa toda a camara, sentiu ver como ella se reduziu discutindo uma questão de tanta magnitude para o paiz, com doestos e calumnias, dizendo que o governo estava vendido ao oiro estrangeiro (*apoiados*), e attribuindo este contrato aos motivos mais ignobis da parte do governo.

Agora repete-se quasi a mesma cousa; e qual é o motivo de tudo isto? É porque se recia um misterio eterno! O ministerio hade cair quando lhe competir a sua vez.

Tinham-se suscitado dois incidentes importantes, que tinham feito parar o andamento d'esta negociação nas commissões. Era um d'elles a exigencia dos capitalistas para formar a companhia, de certas alterações; o outro era a questão tecnica da dimensão dos carris. Esses capitalistas deputaram a Lisboa dois homens importantes com os quaes o governo conferenciou amigavelmente vezes, rejeitando todas as modificações que tendessem a agravar os encargos do thesouro; e o resultado d'essa negociação foi satisfatorio, porque foram as duas modificações a respeito do art. 44.º, e que os srs. deputados que impugnaram o parecer são os primeiros a approvarem.

A questão tecnica era mais importante, era a interpretação de um artigo do contrato; mas nem elle (sr. ministro) nem mesmo a camara a pôdem resolver; contudo já mostrou a procedencia das duvidas que se apresentaram, e não se pôde dizer que o concessionario não tinha direito de duvidar de uma condição tão clara, pois que não só lá fora mas mesmo entre nós tem havido duvidas a esse respeito. Sobre que não ha uma duvida, era de serem diminutas as dimensões para as obras de arte e pontes, e não se podiam fazer mais largas sem fazer algumas concessões ao concessionario. O governo tinha dois alvites a seguir. Ou resolver a questão na occasião em que o contrato se discutisse na camara, deixando de se approvarem o contrato com duvidas, ou apellar para a arbitragem. O alvite de apellar para a arbitragem era mais politico, se o governo de uma questão tão séria quizesse fazer politica, se quizesse sacrificar os interesses do paiz á sua conservação, porque o contrato approvava-se facilmente occultando o governo a existencia d'estas questões, que depois seriam decididas por arbitros. Mas o governo tomou o alvite mais conveniente aos interesses do paiz, resolvendo desde já essas questões, e não adiando por alguns meses ainda o começo das obras. E não começar as obras era ao mesmo tempo um enorme desperdicio. O concessionario não tomaria de certo conta da linha se não fosse já começar as obras, porque o estar de posse da linha de leste é um onus pesadissimo; o governo pagava para a exploração e conservação d'esse caminho 32:000\$000 réis por mez alem do producto bruto, que anda por 38 a 39:000\$000 réis por mez. Depois do governo tomar conta da gerencia d'aquella linha, reconhecendo o estado desgraçado em que estava a sua administração, tratou de fazer reformas e fe-las. Dispensou mais de trezentos empregados inteiros que ali havia, e fez uma economia annual de 43 contos e tanto.

Diz-se que o governo andou com menos lealdade em apresentar as modificações nas commissões e não na camara. É uma questão de forma. Por ventura a responsabilidade do governo é outra? Não se pôde dizer que houve falta de lealdade da parte do governo, quando elle emite a sua opinião na camara, quando quer que o assumpto se discuta amplamente, e envia todos os esclarecimentos que se pedem o que ainda não aconteceu, porque é esta a primeira vez que se enviaram á camara todos os esclarecimentos que ella pede sobre caminhos de ferro, e que o governo vem com franca e lealdade tudo que passou com o concessionario e com os capitalistas. O sr. deputado contou o que se passou nas commissões; mas ha de permitir que lhe diga, que a missão; mas ha de permitir que lhe diga, que a maneira por que o fez trahia a sua memoria, porque as cousas não se passaram como o sr. deputado as contou. O governo na primeira vez que fallou sobre este objecto nas commissões, expoz logo o accordo a que viria o concessionario, e as concessões que elle estava disposto a fazer quanto ao alargamento dos tuncis, ao peso dos carris e á diminuição do tempo. Depois um sr. deputado lembrou a condição de caminharem parallelamente os trabalhos do caminho de ferro do norte com os do sul, e a clausula da formação da companhia, tambem resultou do accordo entre o governo e o concessionario. Está persuadido que a companhia existe, conhece os capitalistas que estão dispostos a entrar n'ella, e ha de formar-se definitivamente no momento com que o contrato seja approved; por consequencia não podia rejeitar uma condição que livrava de escrúpulos alguns srs. deputados, e que ao mesmo tempo era um facto existente.

Acusou-se o governo de ter apresentado um documento em palavras offensivas a uma corporação respeitavel; mas é notavel que se faça esta accusação, quando esse documento foi pedido. E não admitta a coartada que se deu no dia seguinte dizendo-se, que o ministro das obras publicas tinha um amigo intimo que lhe pedisse a este que modificasse as palavras offensivas. O governo não pede cousa alguma ao concessionario; trata com elle directamente e não encarega d'isso os seus amigos particulares. O cavalheiro a quem o illustre deputado se referiu não pôde ser outro senão um respeitabilissimo e honradissimo negociante d'esta praça, seu amigo intimo, mas não sabe que tenha relações com o concessionario, senão aquellas que podem resultar de pertencer á mesma nacionalidade e aquellas que entre si têm os homens de qualquer nação que se encontram n'um paiz estrangeiro.

Disse o sr. deputado com a sua propria autoridade, que a dispensa dos atterros para a segunda via importava em 2:000:000\$000 réis, mas não fez demonstração alguma, e, tendo feito tantas, podia ter feito mais esta. Pois diz-se que o caminho de ferro de leste custa 30:000\$000 réis por kilometro, e só a parte que deixa de se fazer dos atterros custa 2:000:000\$000 réis? Pois não se sabe a relação em que estão os atterros com o custo do caminho? Todos os resultados, todas as indicações, tanto de fora do paiz, como de dentro, provam que os movimentos de terra custam a sexta parte da despeza total.

Vamos agora a ver qual é a parte do atterro para uma via que o concessionario deixa de fazer. A primeira vista, quem não conhece estes negocios, entende que os atterros para uma via são metades dos atterros para duas vias, mas não é assim. Lançado o atterro, e suppondo uma secção transversal, essa secção é representada por um trapezio, em que a face superior é a largura do caminho, os lados a inclinação dos taludes, e a face inferior a superficie do terreno, como no atterro para uma via a face superior não tem metade da largura, mas proxima metade $\frac{2}{3}$, o que deixa de fazer-se é pouco mais de $\frac{1}{3}$, e no volume total ainda é menos.

Fazendo o calculo para a altura de 2m.40, os movimentos de terra que o concessionario deixa de fazer são $\frac{2}{3}$ do atterro total. Ora os movimentos de terra para as duas vias custavam a sexta parte da despeza total, e por consequencia o que o concessionario deixa de fazer são $\frac{2}{3}$ da sexta parte da despeza total, isto é, $\frac{1}{9}$. E suppondo que a despeza total é o dobro da subvenção, como a subvenção das duas linhas a partir da Ponte da Asseca, tanto para a fronteira como para o Porto, importa em

2.059:200 libras, temos a despeza calculada em 4.118:400 libras e $\frac{1}{9}$ d'essa somma 196:114 libras ou 882:513\$000 réis, de que ainda ha a deduzir uma certa importancia, porque nos caminhos de uma só via ha as vias de resguardo, que, com quanto não venham marcadas no contrato, costumam ser calculadas em $\frac{1}{6}$; mas suppondo que são $\frac{1}{8}$, ou que importam só em 88:000\$000, deduzida esta importancia d'aquella somma, chega-se ao resultado de 800:000\$000. O calculo podia descer a muito menos; mas elle, orador, quer dar-lhe largas para que não se diga que abusa das cifras para diminuir a somma.

Na linha do norte, calculando esta somma proporcionalmente aos kilometros, vem a ser 554:000\$000 réis, e tirando-lhe $\frac{1}{8}$ por causa das vias de resguardo, anda por 500:000\$000 réis; e quando sejam 600:000\$000 réis ainda é menos do que o valor da ponte do Porto, que foi uma das modificações apresentadas ao outro contrato sem compensações, ao passo que no caso presente só ha o adiantamento de uma despeza com compensações valiosas e importantes.

E não se diga que este adiantamento é indefinido. A camara sabe que o caminho de ferro já construido rende 9:000\$000 réis por mez em 68 kilometros, proximaente 1:600\$000 réis por kilometro no anno; mas o que produz mais é a conducção de mercadorias, rendimento que o caminho de ferro até Santarem não tem; porque, não podendo competir com a via fluvial que tem ao lado, só conduz passageiros; quando porém se internar pelo paiz o producto das mercadorias, ha de igualar ou exceder o do transporte dos passageiros, e basta só isso para que o rendimento por kilometro chegue a 3:000\$000 e tanto ou a 4:000\$000 réis, e se isto se dá na linha de leste, na linha do norte ha de acontecer outro tanto, e então a construcção da segunda via não é de esperar que fique adiada para dahi a muitos annos.

Resta-lhe ainda fallar dos estatutos da companhia. Disse-se que os estatutos da companhia eram um contrato de empreitada, um contrato de fornecimento de materiaes em que havia uma condição de milhões de obrigações, e que a companhia era só um homem. Aquelles estatutos estão organisados como lá fora estão os estatutos de grande numero de companhias; o concessionario pede autorisação para com elles formar a companhia, e esta não pôde estar formada senão depois de tomadas as acções, porque os accionistas é que a constituem. E não se diga que na Russia e na Alemanha as empresas dão mais garantias porque são tomadas por uns poucos de capitalistas, ao passo que n'este negocio só representa um capitalista, porque lá as empresas são de capitães muito mais avultados, e por consequencia vem a corresponder a cada uma somma de capital muito maior do que n'este caso ao capitalista unico, que é o concessionario.

Não é necessario ser jurisconsulto para saber que as disposições dos estatutos não podem alterar o contrato; porque antes de todas as condições d'elles está a obrigação de cumprir o contrato. Elle é de fornecimento de material; o concessionario obriga-se a fornecer á companhia uma certa porção de material; mas a companhia se precisa de mais, é obrigada a po-la á vista dos artigos do contrato, que diz que acima de tudo estão as obrigações da companhia para com o governo, e nenhuma das disposições d'esses estatutos pôde alterar aquelles artigos.

Mas diz-se, é um contrato de empreitada. Nós não temos nada com a empreitada entre o concessionario e a companhia. Em primeiro logar não impoem ao concessionario a obrigação de formar a companhia; se esse contrato é oneroso para a companhia e ella não está formada, o que dahi se segue é que o concessionario nunca a formará e não poderá tirar as vantagens da empreitada. Em segundo logar se as condições forem vantajosas demais para elle, não ha quem queira associar-se, e por consequencia não ha companhia; e se as condições são vantajosas de mais para a companhia, é necessario te-lo por montecapto. E por consequencia o governo n'essa parte não tem mais do que regular os interesses e as obrigações de todos.

Este systema da subvenção é a melhor maneira de formar companhias, porque faz concorrer, para assim dizer, tres especies de capitães: o estado fornece uma parte na subvenção, os accionistas, tomando as acções, fornecem outra parte do capital, e esses vão pedir emprestado por meio da emissão de obrigações a outros capitalistas, que fornecem a outra parte. E assim mais facilmente se realisam sommas tão importantes, como as necessarias para se construir um caminho de ferro. Ora, o direito de emitir obrigações é um direito commun, e como tal não se pôde contestar, mas por isso mesmo não é objecto de contrato, é uma questão de estatutos, e sobretudo não deve ir no contrato.

Tem concluido as suas reflexões. É possível e mesmo natural que se esquecesse de algumas das muitas reflexões que foram feitas por alguns illustres deputados que combateram o projecto, por isso que perdeu os apontamentos que tomara, mas isso não o impede de entrar novamente no debate, assim como n'ella tomara parte muitos outros membros da commissão e do governo, que estão ao alcance da questão, e que a hão de tratar perfeitamente.

Mas nota ainda que o que se tem estado a discutir não é verdadeiramente o que está em discussão, porque os illustres deputados que têm pedido a palavra contra, não impugnaram a generalidade do projecto: todos dizem que não reprovam o contrato nem as duas primeiras alterações, e apenas reprovam algumas modificações; de modo que tratando-se da discussão na generalidade, têm-se tratado da questão da especialidade.

Não quer dizer que se restrinja a discussão; o governo, como a camara, têm mostrado desejos de que a discussão seja o mais ampla e esclarecida, mas não pôde deixar de desejar que seja com ordem.

O governo desejaria que o contrato passasse o mais depressa que podesse ser, porque logo

BRINDE RELIGIOSO

POR OCCASIÃO DE AMENDOAS NA SEMANA SANTA.

O conforto da alma religiosa, tanto nas alegrias como nas dores da vida, é o livro das orações, que guiam a alma ao Ceo. Assim é que o melhor e mais delicado brinde que nesta ocasião se pôde offertar é o **Manual do Christianismo**, recopilação esmerada de todas as orações, novenas, septenario de N. S. das Dores, methodos de missa, contendo tambem os **Officios completos da Semana Santa**.

O editor deste excellente thesouro catholico, animado pela extracção que nos annos precedentes teve o seu livro, emprehendendo uma nova edição, julgou do seu primeiro dever submittel-o á approvação de Sua EMINENCIA O CARDEAL PATRIARCHA DE LISBOA, e foi com ineffavel alegria que recebeu a seguinte licença:

*Damos a nossa approvação ao excellente livro **MANUAL DO CHRISTIANISMO**, para que possa ser lido por todos os Fieis, que no Patriarchado e fóra delle se acham sujeitos á nossa jurisdicção e auctoridade ordinaria.*

S. Vicente, 12 de Junho de 1858.

M. PATRIARCHA.

O MANUAL DO CHRISTIANISMO

QUARTA EDIÇÃO 1859

Um rico volume de 700 paginas, enriquecido de seis magnificas gravuras em aço, e mais de 200 vinhetas, com o frontispicio colorido e dourado; é portanto o unico LIVRO DE MISSA e SEMANA SANTA approved e auctorizado pelo primeiro Prelado do Reino, e como tal o unico tambem que pôde satisfazer a alma piedosa do christão, porque em objectos de doutrina é o Prelado o juiz que pôde e deve auctorisar o seu uso; o que infelizmente falta nos manuaes e mais livros de orações até hoje usados no nosso paiz.

Este livro foi enviado a França para d'ali ser devolvido encadernado, e acabam de chegar 1:500 volumes, com capas de veludo, marfim e madre perola, ricamente ornados com muita variedade e gosto.

PREÇOS

Brochado 360 rs. — Encadernado em carneira com filetes dourados na capa, 480 rs. — Em lindo mosaico dourado por folhas, com fechos de metal dourado, 840 rs. — Em chagrin francez dourado por folhas, com fechos de metal dourado, 1\$200 rs. — Em veludo de relevo com guarnições e lindos fechos de metal dourado ou prateado fino, 2\$000 rs. — Dito ricamente guarnecido com emblemas religiosos etc. 3\$000 rs. — Em marfim, muito ricos, com fechos de prata, desde 4\$500 até 9\$000 rs. — Em madre perola com baixos relevos ou ricos ornatos e fechos de prata etc. desde 6\$750 até 13\$500 rs.

VENDE-SE UNICAMENTE NO ESCRITORIO DO EDITOR FRANCISCO ARTHUR DA SILVA

Rua dos Douradores 31 E — 2.º andar (esquina do Largo de Santa Justa.)

Para melhor idéa se formar deste verdadeiro thesouro do christão,
publicâmos o indice das materias que contém:

Das festas mudaveis. = Taboa dos tempos. = Exercício quotidiano, ou orações que se devem rezar todos os dias. = Ladainha do Santissimo nome de Jesus. = Ladainha de N. Senhora. = Benção da mesa. = Oorações para cada um dos dias da semana. = Oração universal. = Oorações novas, ás quaes S. Em.^a concedeu 50 dias de indulgencias em data de 18 de agosto de 1853. = Oorações a N. S. da Conceição = ao Senhor Crucificado = a S. José = a Sant'Anna = a N. S. do Monte do Carmo = a Santa Luzia = a S. João = a Santa Barbara = ao menino Jesus dos attribulados = a Santo Antonio = ao Anjo da Guarda = a S. Francisco de Assis = Prodigiosa a N. S. = de S. Bernardo a N. S. = Durante a viagem = a N. S. em tempo de calamidade = para quando houvermos de fazer viagem = para adorar a divina providencia = pelo papa e pela igreja. = Supplica a Jesu Christo por S. Gregorio Nazianzeno. = Oração por um filho desregrado. = Supplicas para pedir perdão a Deus. = Oorações d'um pai ou d'uma mãe por seus filhos = humilde por occasião de preces publicas = por pai ou mãe = utilissima composta por Santo Ambrosio = de uma esposa christã = em tempo de guerra = para pedir a pureza = para pedir a graça de bem orar = para pedir e sabedoria = para pedir a nossa conservação = para pedir o espirito de penitencia. = Methodo facil para rezar fructuosamente o Santissimo rosario da Mãe de Deus. = Devoção ao Sagrado Coração de Maria. = Oorações contra raios, trovões; em tempo de fome, peste, etc. = Officio da Santa Cruz. = Piedosos suspiros. = Indulgencias que pôde lograr quem reza o officio da S. Virgem N. S. = Officio 1.^o da Virgem Maria N. S. = Officio 2.^o idem. = Officio 3.^o idem. = Visita ao Santissimo Sacramento, no primeiro dia de lausperenne. = Visita a Nossa Senhora. = Responsorio de Santo Antonio. = Hymno de Santa Barbara. = Instrucções e orações para visitar as igrejas por occasião do jubileu ou lausperenne. = Formulario geral para qualquer novena de Nossa Senhora. = Visita ao Sagrado Coração de Jesus. = Visita ao Santissimo Sacramento no dia da sua instituição, em quinta feira Santa, no corpo de Deus, e no terceiro dia de lausperenne. = Visita a Christo Crucificado. = Devoção á Santa Cruz. = Methodo para assistir ao Santo Sacrifício da missa. = Ordinario da missa. = Canon da missa. = Methodo abreviado de assistir ao Santo Sacrifício da missa. = Tabella dos peccados. = Exame de consciencia. = Exercicios e devoções para preparar-se a receber os Santos Sacramentos da eonfissão e sagrada communhão. = Para antes da communhão. = Oorações para depois da communhão. = Da communhão espiritual. = Queixas de Nosso Salvador contra os homens. = Hymno de Santo Ambrosio e Santo Agostinho. = Psalmo deprecatorio. = Cantico de Nossa Senhora: *Magnificat*, etc. = Salve Rainha explicada. = Vesperas do Domingo. = Festas de Nosso Senhor Jesu Christo: Dia de Natal 1.^a missa, 2.^a missa, 3.^a missa = no domingo dentro do oitavario do Nascimento = Circumcisão de Nosso Senhor = Epiphania do Senhor = Domingo de Paschoa = Ascenção do Senhor = Hora da Noa, no dia da Ascenção = Domingo do Espirito Santo = Domingo da Santissima Trindade = Na solemnidade do Corpo de Deus = Em dia do Santissimo Coração de Jesus. = Festas do Patriarcha S. José = das Dôres de Nossa Senhora = da Fugida de Nossa Senhora para o Egypto = do patrocínio de S. José. = Invenção da Santa Cruz. = Festa da Maternidade de Nossa Senhora = do Glorioso Santo Antonio = do Nascimento de S. João Baptista = de S. Pedro e S. Paulo = de Santa Anna = da Natividade de Nossa Senhora = do Santo Nome de Maria = de todos os Santos. = Commemoração dos fieis defuntos, 1.^a missa, 2.^a missa, 3.^a missa. = Festa do Patrocínio de Nossa Senhora = da Conceição de Nossa Senhora. = Em dia de S. Vicente Martyr. = Devoção ás cinco maiores dôres de Nossa Senhora. = Commemoração de Nossa Senhora do Monte do Carmo = Novena das Almas. = Septenario das Dôres de Maria Santissima. = Ladainha de todos os Santos. = Novena do Senhor Jesus dos Passos. = SEMANA SANTA. = Officio de Domingo de Ramos. = Domingo de Ramos, missa. = Paixão de Nosso Senhor Jesu Christo, segundo S. Matheus. = Segunda feira, missa. = Terça feira, missa = Paixão de Nosso Senhor Jesu Christo, segundo S. Marcos. = Quarta feira, missa = denudação dos altares = ao mandato. = Sete estações que se fazem em Jerusalem e podem servir para visitar as igrejas em quinta feira Santa. = Sexta feira, a matinas = missa = Paixão de Nosso Senhor Jesu Christo segundo S. João = Adoração da Cruz = na procissão do enterro. = Sabbado Santo a matinas = a laudes = officio ecclesiastico. = Segunda feira de Paschoa. = Terça feira de Paschoa, etc., etc. etc.

ADVERTENCIA ESSENCIAL.

Roga-se não se confunda este livro, com os das outras edições, por ser este o unico APPROVADO PELO EM.^o CARDEAL PATRIARCHA DE LISBOA, e que contém reunidos n'um volume tudo quanto é proprio d'um bom **Manual de Missa**, tudo quanto pertence ao livro propriamente chamado **Horas Marianas**, e todos os officios da **Semana Santa**.

paiz pouco adiantado, porque ha uma associação de capitães fornecidos parte pelo estado, parte pelos accionistas e parte pelos tomadores das obrigações. Tentará mostrar que o sistema seguido pelo nobre ministro na confecção do contrato provisório, que serviu de thema ao concurso para a feitura dos caminhos de ferro, não lhe parece que seja o mais conveniente, e por este modo accede ao convite que s. ex.ª fez de tratar de sustentar ou rebater o contrato, e de rebater ou sustentar as modificações. Dará a sua opinião relativamente ao contrato, e depois quanto á adopção ou não adopção das modificações. Parece-lhe que assim, estará na ordem que s. ex.ª indicou para tratar esta questão.

Fez-se um contrato com uma subvenção, e o illustre relator da comissão, que deu o parecer sobre este ponto, exprime-se de uma maneira muito lisonjeira a respeito d'este sistema de contratar; e não podendo substituir a phrase tão elegante do illustre relator, pela licença para ler as suas palavras. Dizia o parecer: «Procurando somente estabelecer a comparação entre os dois methodos mais geralmente seguidos, da garantia do minimo do juro, de que já houve exemplo no nosso paiz, e o methodo de subvenção actualmente proposto, resultam em favor d'este vantagens incontestaveis. N'um paiz como Portugal, mal affeito aos habitos da moderna vida economica, irresoluto na iniciativa, moroso, e tardio nas empresas de especulação mercantil, as probabilidades de um exiguu interesse nos primeiros tempos da exploração d'estas linhas de movimento acelerado, ganham um tal caracter de certeza, que é impossivel desconhecer.»

Aqui a razão que o illustre relator da comissão entendia mais poderosa para se seguir o sistema de subvenção, e não se seguir outro qualquer sistema, é porque somos um paiz *mal affeito aos habitos da moderna vida economica, irresoluto na iniciativa, moroso e tardio nas empresas de especulação mercantil*, como se se não podesse admitir um outro sistema, como por exemplo, o da garantia do producto bruto, ou o sistema mixto da subvenção combinado com a garantia do minimo do juro, ou em vez de garantia de minimo de juro, o do producto bruto.

Disse que não lhe parecia mais conveniente e mais proveitoso o sistema da subvenção simples, seguido pelo actual ministerio, tão elogiado pelo illustre relator da comissão e a que se associaram os nomes mais respeitaveis d'esta camara, taes como os que formaram as duas comissões que se acham em discussão.

«Em um paiz irresoluto na iniciativa, moroso e tardio nas empresas de especulação» como s. ex.ª disse, contratar caminhos de ferro em um paiz d'estes, é fazer um contrato de risco; contratar com subvenção simples é obrigar o estado ao pagamento d'esse risco.

Em um paiz tardio e moroso não se deve contratar com subvenção, porque julga que nos primeiros annos ou nos primeiros tempos, o caminho de ferro produzirá muito pouco. E nota que o illustre ministro creu muito nos progressos dos caminhos de ferro (em que elle orador também creu) e tanto que calcula que o caminho de ferro possa produzir, o do norte com uma 5:400.000 réis de producto bruto, e o de leste 4:500.000 réis.

Quando um empresario vem contratar a um paiz um caminho de ferro, e vem empregar uma grande quantidade de dinheiro, é porque espera tirar lucro; e quando o contrato se dá em um paiz em que se corre risco, hade calcular um lucro para esse risco, e como ha de amortisar o seu capital durante um certo tempo, durante noventa e nove annos, ha de metter em linha de conta a percentagem que é necessaria para a amortização d'este capital, e mesmo hade tirar também d'esse lucro uma paga do seu trabalho, da sua diligencia e da sua industria.

Vamos a ver qual seria o juro d'esse dinheiro, se esse capital fosse convertido em titulos de divida publica, e não ha nada mais seguro do que o capital empregado na divida publica, porque, quando o estado emite uma inscripção, dá como garantia as rendas todas, e nada mais seguro, e mais certo do que o emprego dos capitães n'estes titulos.

Em Portugal os capitães têm um juro de 6 1/2 por cento, e nada mais natural do que o empresario calcular este preço razoavel de 6 1/2, mas deve acrescentar o risco; a paga do trabalho, da diligencia e da industria; e parece que não será exagerado se der para tudo isto 1 1/2 por cento.

Temos pois que o empresario, contrahendo o caminho de ferro em Portugal, calcula receber pelo menos 8 por cento do capital que ha de gastar.

Para saber qual o capital que está a cargo do empresario precisamos saber qual o custo do caminho. Não o sabe calcular, porque não tem dados para isso; mas o sr. ministro das obras publicas calculou a subvenção em 50 por cento, e parece-lhe que effectivamente o deve calcular assim.

A estatística dos preços dos caminhos de ferro da Europa formou dois grupos: um dos caminhos de ferro francezes e inglezes, cujo preço é excessivo; e o outro grupo, o de todos os caminhos de ferro da Europa, porque todas as nações têm vias ferraeas.

Vê que a média do preço do custo dos caminhos de ferro da Europa, segundo os calculos do sr. conde Dubois, é de 46:922.399 réis. Pôde pois aceitar a indicação do sr. ministro das obras publicas, de que a subvenção são 50 por cento, ou que o preço do caminho de ferro do norte será de 10:800 libras, e o de leste custará 9:000 libras.

Que ficará a cargo do empresario para o caminho do norte 5:400 libras por kilometro, e para o de leste 4:500 libras por kilometro. Se o empresario comprasse com esse dinheiro titulos de divida publica, obteria 6 1/2 por cento para a paga do seu trabalho, para a indemnização do risco, para a amortização do capital, porque a concessão é temporaria, não pôde calcular menos de 1 1/2 por cento; o empresario, pois (e o empresario é muito habil), calcula que o caminho do norte lhe renderá 432 libras, producto liquido, por kilometro; e que o caminho de leste lhe renderá, producto liquido, 360 libras por kilometro. De outro modo elle não contrariaria, porque perdia, e nem elle nem o governo eram interessados em a empresa perder.

Se pois podemos calcular, que o producto liquido do caminho de ferro do norte será de 432 libras por kilometro, poderíamos garantir esta quantia como minimo de juro; se garantissemos 432 libras como juro de 6 1/2 por cento sobre o capital de 6:646 libras poderíamos só dar de subvenção 4:154 libras, se nós damos pelo presente contrato 5:400 libras economicamente 1:246 libras por kilometro que em 218 kilometros dá a somma de 271:728 libras; que a 7 por cento traria uma economia de encargo para o thesouro de 19:020 libras.

Se podemos calcular que o caminho de leste renderá producto liquido 360 libras por kilometro, poderíamos garantir esta quantia sem recio de que o thesouro viesse a pagar a garantia de minimo de juro.

Se podemos garantir 360 libras como juro de 6 1/2 por cento de 5:538,4 libras, poderíamos só dar de subvenção o que faltasse para o preço total do caminho, que são 3:461,6 libras, como damos 4:500 libras por kilometro poderíamos pelo sistema mixto 1:038,4 libras, que em 264 kilometros importa na economia de 273:237,6 libras, o que produz uma economia de encargo para o thesouro (calculando a 7 por cento) de 19:126,6 libras, que com a economia

de encargo permanente calculada no caminho do norte em 19:020 libras dá a somma de 38:146,6 libras.

Fazendo igual diminuição no subsidio ou subvenção relativamente a 68 kilometros vendidos, teríamos que o estado receberia em vez de 306:000 libras, como agora recebe, a quantia de 376:611 libras, o que traria para o estado 70:611 libras a mais, diminuindo, por isso, o encargo permanente de 4:942 libras; somando todas estas economias, teremos que pelo sistema mixto alcançariamos os caminhos de ferro do norte e leste por um encargo permanente de 43:088 libras menos do que o encargo proveniente do contrato actual, que, em réis, são 193:898.5700.

Se o sistema mixto é preferivel ao sistema de subvenção simples, apresentado no contrato com a modificação da dispensa dos atterros, a sua opinião redobra de força.

O governo quer fazer dispensar ao concessionario o atterro para a segunda via, ou quer reduzir o contrato do caminho de ferro ao de um caminho com uma via só; cumprir em quanto importam os atterros de um caminho, e em que proporção está a despesa do atterro da segunda via, em relação ao preço dos atterros para as duas vias.

Sabe que custando o caminho de Orleans (1:109 kilometros) 393.710:698 francos, os atterros custaram 85.000:601 francos, isto é, 21,5 por cento do preço total; poderia pois calcular que os atterros no caminho do norte, na proporção de 21,5 por cento do preço total, custariam 2:322 libras, e que os atterros no caminho de leste custariam 1:925 libras.

Sabe que na empreitada do caminho de Lisboa a Santarem se avaliou o preço total do caminho em 3.600:000.000 réis, e os atterros em 582:029.500 réis, isto é, 16,16 por cento do preço do caminho. Se tomássemos esta base teríamos que os atterros no caminho do norte na proporção de 16,16 por cento, custariam 1:745,28 libras, e no caminho de leste importariam os atterros em 1:054,4 libras.

Sabe que nos caminhos francezes importam os atterros nos caminhos para uma via só, em 53:939 francos, e os atterros para duas vias em 67:424 francos. Que os caminhos por uma via só custam 227.975 francos, e excede a 300:000 francos o preço dos caminhos com duas vias.

Tomará, porém o calculo do sr. ministro das obras publicas, que asseverou importarem os atterros em 1/4 do preço total do caminho; sendo assim teremos que no caminho do norte custarão os atterros 1:800 libras, e no de leste 1:500 libras. A largura do caminho para duas vias é fixada em 3m, para uma via é fixada em 5m,40: teremos, pois, que o atterro para uma via custará no caminho do norte 1:080 libras; e no de leste 900 libras. Como a segunda via deve ter 3m,60, custará no caminho do norte 720 libras, e no de leste 600 libras.

Ficará, pois, reduzido o preço do caminho do norte a 1:080 libras, e o de leste a 8:400 libras.

Se podemos garantir 432 libras de producto liquido por kilometro no caminho do norte, e esta quantia é o juro de 6 1/2 por cento de 6:646 libras; se o preço do caminho é de 10:080 libras, poderíamos dar de subvenção o que falta a 6:646 libras para 10:080; isto é, 3:434 libras. Pelo contrato damos 5:400 libras, pelo sistema que apresenta economicamente 1:966 libras por kilometro, que em 218 kilometros dá a somma de 428:588 libras, que importa na diminuição de encargo permanente para o thesouro (calculando a 7 por cento) de 30:001 libras.

Fazendo o mesmo calculo para o caminho de leste teremos, que se podemos garantir 360 libras de producto liquido por kilometro, e se dessemos esta quantia como um juro de 6 1/2 por cento de 5:538,4 libras, deveríamos dar de subvenção o que faltasse para 8:400 libras, isto é 2:861,6 libras. Como damos pelo contrato 4:500 libras pouparíamos pelo sistema que apresenta 1:638,4 libras por kilometro, ou em todo o caminho (264 kilometros) 432:537,6 libras; o que importaria na diminuição do encargo permanente (calculando a 7 por cento) de 30:623,5 libras, em todo o caminho economicamente a capital de um encargo que somma em 272:810.5250.

Contratando-se, pois, os caminhos com dispensa dos atterros para a segunda via, como o governo pretende, se substituísemos o sistema mixto alcançariamos esses caminhos sem pedirmos ao povo um imposto de perto de 300:000.000 réis.

Sabe que se quer considerar este adiantado de despesa nos atterros para a segunda via, como uma concessão temporaria, mas não o é; esta dispensa de despesa equivale a contrahir-se um caminho de uma via só.

O producto bruto de todos os caminhos da Europa é como se segue:

	PRODUCTO BRUTO
Saxonia.....	6.438.5600
Prussia.....	5.190.5300
Baden.....	4.139.1100
Austria.....	5.058.5300
Principados allemães.....	4.087.5700
Württemberg.....	4.336.2300
Baviera.....	3.087.5300
Estados do norte.....	2.825.1100
Italia.....	3.482.1100
Belgica.....	4.336.2300
Hollanda.....	3.079.2300
Suissa.....	2.092.5400
Espanha.....	2.639.5700
Média.....	3.952.5107

Ora, se os caminhos com duas vias rendem, termo medio, 3:952.5107 réis, producto bruto por kilometro, como poderá render o caminho do norte com uma via só 5:400.000 réis e o de leste 4:500.000 réis? Em França ou se determina que a segunda via se collocará quando for necessaria, ou se fixa o producto bruto em cifra muito inferior: 18:000 francos, e só ultimamente se fixou a quantia de 25:000 francos para então se collocar a segunda via; mas em França, segundo se vê das estatísticas do conde Dubois, rendem mais do que em parte alguma, porque o producto bruto por kilometro e por dia é de 43:182 francos, quando na Inglaterra produzem os caminhos 37:403 francos, na Alemanha 17:751 francos, e nos outros paizes 20:306 francos, e pouco mais.

Sabe que ha um grande inconveniente no sistema mixto, que é a fiscalização; porque pôde o empresario incluir nas despesas de exploração despesas que se deveriam applicar na construção, fazer uma exploração mui cara, absorver mesmo o producto bruto nas despesas da exploração, e pedir ao estado a garantia do minimo de juro; mas isto é inconveniente, que se poderia dar na garantia simples, não apparece no sistema mixto, que pela combinação da subvenção e garantia ha sempre para o empresario a esperança de que o producto liquido do caminho exceda a quantia garantida pelo governo.

Se, porém, as difficuldades da fiscalização podem influir no animo do governo, ha um meio de obviar a este inconveniente, e esse meio é a combinação da subvenção com a garantia do producto bruto, que equivale a um ajuste de despesa de exploração, e essa despesa pôde-se muito bem calcular.

Mostra que a média da despesa da exploração em todos os caminhos de ferro na Europa, á excepção dos caminhos inglezes e francezes, é de réis 2:060.8077. Na garantia do producto bruto não ha mais do que juntar ao producto liquido as despesas

calculadas da exploração, e por este meio a fiscalização do governo reduz-se a saber o producto bruto do caminho.

Por este sistema poderíamos alcançar os caminhos de ferro em Portugal com um encargo muito menor do que o proveniente do contrato sujeito á apreciação da camara.

O nosso estado financeiro é mau, por isso é necessario pensar muito em não augmentar os encargos da divida publica: ora se nós poderemos alcançar os beneficios dos caminhos de ferro com um menor encargo para o thesouro, devemos seguir o sistema que nos der esse melhor resultado, e devemos deixar este da subvenção simples que traz um encargo permanente e muito maior para o thesouro. Concedo que o governo nos primeiros tempos terá de pagar mais alguma coisa sendo os caminhos de ferro feitos pelo sistema combinado de subvenção e garantia de minimo de juro.

Supponhamos que os caminhos de ferro portuguezes rendem uma quantia igual áquella que os caminhos da Suissa produzem, que são os caminhos que rendem menos na Europa, os caminhos da Suissa rendem por kilometro 1:051.6200 réis; se os nossos caminhos rendessem o mesmo teríamos de pagar para a garantia de minimo de juro, no caminho do norte 41:029 libras, e no de leste 33:369,6 libras, ou em todo o caminho 74:398,6 libras.

Supponhamos que durante cinco annos pagavamos esta quantia, que pedíamos este dinheiro a 7 por cento, teríamos um encargo de 26:039,5 libras; mas como pelo sistema que aponta havia uma economia de 43:088 libras, ainda n'esta hypothese, a menos favoravel para o sistema que aponta, haveria uma economia de 17:048,5 libras.

Refere que a segunda via deve ser feita não quando diz o contrato, mas quando as circumstancias do paiz o exigirem. Não se oppõe a que se lance qualquer imposto para satisfazer á despesa proveniente da construção e assentamento da segunda via, mas quer que esse imposto se lance quando o paiz tiver gosado os beneficios provenientes da primeira via, e quando tiver augmentado a materia c-lectavel.

Approvado, pois, que se contrahissem os nossos caminhos com obras de arte, subterraneos e pontes para duas vias, com atterros para uma via, e pelo sistema mixto que tem apontado, que julga o mais proveitoso já para a realisação dos caminhos de ferro, já para beneficio do thesouro.

Suppondo, porém, que o contrato por subvenção se deveria adoptar, restava ver se as modificações se poderiam sustentar.

Passando a apreciar as modificações propostas, disse: supponha-se que a base do contrato é boa, que o contrato não é ambiguo, nem absurdo, como diz o illustre relator, que é vantajoso, que a subvenção é muito razoavel, que se pôde aprovar, as modificações são admissiveis? Passa a demonstrar que não. E alludindo aos principaes argumentos apresentados pelo illustre relator da comissão quanto á necessidade de se reformarem as tarifas, mostra que não é exacta a proposição de que o producto das mercadorias é tudo, e o dos passageiros nada, e mostra isto pelos calculos que apresenta em referencia a diversos caminhos de ferro da Europa.

As tarifas são uma paga da commodidade que se gosa nos caminhos de ferro, e são um tributo: ora, quando um caminho de ferro é pago somente pela companhia que o construe, então essa companhia pôde marcar as tarifas como entender entre ella e os passageiros que mais directamente utilisam d'esse caminho, mas quando é o povo que paga o caminho de ferro, então é necessario que o governo regulasse as tarifas (apoiados). As tarifas devem ser o mais commodas possivel para o povo, e n'isto não só utilisar o povo, mas utilisar as companhias (apoiados).

Que esta opinião era seguida pelos primeiros economicistas inglezes, e que os factos a comprovavam.

Que o segundo argumento do relator da comissão era, que o governo podia abater tanto as tarifas, que o producto bruto augmentasse; que em virtude do grande movimento dos caminhos de ferro, a despesa da exploração cresceria e absorveria o producto liquido; que para se tirar esta conclusão era necessario provar, que quando o producto bruto augmentava, as despesas da exploração cresciam muito mais, e tanto que absorveriam o producto das tarifas, ficando nullo o producto liquido, e isso não se mostrou nem se podia mostrar, e que o approvar esta alteração seria suppor que haveria um governo em Portugal que fizesse o absurdo, que fosse mesmo o absurdo (apoiados), e nas cadeiras do ministerio não se sentam, nem se hão de sentar senão as primeiras capacidades e os primeiros estadistas.

Que é necessario mostrar ao nosso povo as vantagens da viação accelerada, e provar-lhe a economia que lhe resulta dos caminhos de ferro.

Quanto ás larguras faz ver que as medidas que o conselho de obras publicas marcou, são os que não podia deixar de adoptar, são exactamente as que estão nos cadernos de encargos dos caminhos de ferro francezes.

Em quanto aos tunces, ouviu dizer ao illustre relator da comissão, que se gastaria com elles cerca de 300:000.000 réis; mas o que faltou foi mostrar como, e quantos tunces teríamos n'este caminho de ferro de que se trata, e qual o seu preço; mas infelizmente nem uma nem outra coisa se mostrou, ninguém sabe pois quantos tunces são, nem qual é seu preço; mas o que deixou claro foi que a despesa não podia ser de 300:000.000 réis; porque o preço dos tunces em França, quando são de 500m custam 230:400 fr.; quando são de 1:000m, custam 280:200 fr.; termo medio 266:420 fr.; se tivérmos 5:000m de tunces a despesa não poderá exceder a 94:000.000 réis, e se tivérmos 7:700m não poderá exceder a despesa a 113 contos noventa e tantos mil réis; isto suppondo que seria necessario alargar os tunces 4 decimetros o que mostra que não era necessario á vista das medidas que o conselho de obras publicas apresentou, e que são as que existem nos melhores caminhos da Europa.

Vozes—Deu a hora.

O orador—como deu a hora acaba o seu discurso, apesar de ter muito que dizer, e reserva-se para a discussão na especialidade; não pede que se lhe reserve a palavra para amanhã, vota contra o contrato e contra as modificações, não por opposição ao governo, mas por assim o entender; sempre que levantar a voz n'esta camara será para emitir a sua opinião franca e lealmente, seja ella contra ou a favor d'este ou de outro governo, é um direito que exerce filho da liberdade de pensar, e da liberdade de opinião, é uma obrigação que cumpre como representante do povo (apoiados)—vozes: muito bem, muito bem.

(O orador foi cumprimentado por varios srs. deputados e ministros).

O sr. Presidente—dá para ordem do dia de amanhã, na primeira parte, o parecer sobre as eleições de Idanha a Nova, devendo começar a discussão d'este parecer á uma hora da tarde, e na segunda parte a continuação do que vinha para hoje, e levanta a sessão.—Eram quatro horas da tarde.

NOTÍCIAS DO REINO

CONTINENTE

Lisboa—Acaba de publicar-se o primeiro numero do *Archivo Municipal de Lisboa*. Esta publicação

como o seu titulo indica é destinada a recolher e archivar todos os documentos que possam interessar ao municipio, e é feita pela vercação da capital, que confiou a direcção d'este periodico a uma comissão de tres dos seus membros.

O *Archivo Municipal de Lisboa* vê a luz publica todas as semanas.

A camara municipal de Lisboa realisoou um bom pensamento que prende directamente com a existencia das *Annuaes Municipaes*, que em 1837 se ordenou ás camaras municipales coordenarem. De muito proveito para o municipio, e mesmo para todo o paiz, pôde vir a ser esta publicação, se ella for um verdadeiro repositório de tantos documentos que por ali existem desconhecidos e sem apreciação, e que não só interessam á historia, e á administração municipal e economica do primeiro concelho do reino, mas tambem por estas mesmas circumstancias á nação em geral.

A folha official do municipio lisbonense abre o seu primeiro numero com a seguinte modesta introdução, que, por dar uma exacta noticia do que deve ser semelhante publicação, julgamos conveniente aqui transcrever.

El-la:

«A camara municipal de Lisboa, tendo desejo de dar inteiro e completo conhecimento de todos os seus actos e deliberações aos habitantes d'este municipio, que n'ella depositaram a sua confiança, encarregando-lhe a administração de seus valiosos bens, e direcção dos grandes melhoramentos de que carece esta cidade, cuja importancia se vae tornando, de dia para dia, mais consideravel, pela facilidade dos meios de transporte, cuja rapidez nos põe, por assim dizer, em contacto com todas as capitais da Europa, resolveu publicar um jornal semanal onde se copiassem as actas de suas sessões, a legislação e posturas municipaes, que houvessem de se fazer, os relatorios e estatisticas de todas as repartições e estabelecimentos, que actualmente estão do futuro virem a estar a seu cargo, e tudo mais que poder concorrer de qualquer modo para beneficio do municipio. O jornal reproduzirá, alem d'isso, todos os documentos de antiguidades do municipio, que forem encontrados, e que possam interessar á sciencia, ou á curiosidade publica.

«Para levar a effecto esta resolução, a camara nomeou uma comissão de tres de seus membros, a quem, se não faltam de certo a boa vontade e dedicacão em se empregarem no serviço do municipio, lhes faltam de certo o tempo e cabedal necessarios para dar ao jornal toda a perfeição que deveria ter uma publicação d'esta ordem; o dever porém de cumprir as deliberações da camara, e mais ainda, a confiança na indulgencia publica, a fez aceitar este pesado encargo, que satisfará do melhor modo, que lhe for possivel.

«Para regularizar esta publicação, a comissão entendeu deve-la começar do principio do anno, de modo que nos dois annos se achem n'um só volume todos os actos d'este biennio: e por isso este numero apparece com uma data atrasada, e assim irão apparecendo dois em cada semana, até alcançarmos a regularidade entre a data e a publicação.

«Oxalá a comissão consiga satisfazer aos desejos da camara e do publico, e dar-lhes um jornal digno de uma, e outro.

«Lisboa, 7 de março de 1860.»

Aveiro—O *Campião das Provincias* diz, que já chegou á caudalaria d'este districto o cavallo anglo-normando, que a sociedade agricola havia encomendado, e o sr. Moraes Soares tinha mandado vir de França. É um bello animal, segundo o voto dos apreciadores.

Fica por esta forma completa, no corrente anno, a caudalaria.

Porto—Foi hontem, 15, escreve o *Commercio* d'esta cidade, a representação de despedida da nossa primeira e bella atriz Emilia das Neves, com o drama, Joanna a Doida.

A concorrencia foi a mais não poder ser. Não havia cabimento para mais.

A eximta atriz teve hontem uma ovação, como muito raro é vêr-se!

Foi, mal appareceu na scena, saudada com uma salva de palmas; e até o final da representação não cessaram os applausos, e chamadas sem conta.

Sobre o palco caia constantemente uma aluvião de ramos. Na plateia eram lançadas das camarotes, com grande profusão, diversas poesias impressas.

Para mais de doze coroas de flores artificiaes, algumas d'ellas de muita riqueza, foram offertadas á eminente atriz, que bem assim recebeu numerosos e lindos bouquets, com laços de vistosas fitas.

De um camarote de segunda ordem, dois jovens, admiradores da Ristori portugueza, recitaram n'uma das occasiões em que ella viera ao palco, chamada pelo publico, elogios em seu louvor.

No atrio do theatro tocou nos intervallos uma banda de musica marcial.

No fim a ovação tornou-se delirante de enthusiasmo. No meio das acclamações, que com era victoriosa a atriz, as senhoras e homens agitavam os lenços. Aquella que era objecto de tão entusiasticas demonstrações, commovida, pagava com lagrimas um tão brilhante testemunho de apreço, e com o seu lenço correspondia aos centenares de lenços que lhe diziam, adeus!

Emilia das Neves deve levar sandaes do Porto, porque o Porto tem sempre sabido apreciar a pelo seu valor.

A musica foi esperal-a porta de casa, onde a acompanharam muitos dos espectadores, victorian-do-a.

—No mesmo dia 15, pelas 10 horas da manhã, diz o *Nacional*, foi desautorado no campo da Torre da Marca, do fôro e insignias militares, o soldado da segunda companhia do regimento de infantaria n.º 6, Antonio Joaquim da Silva, para ser entregue á justiça civil, como réu de homicidio.

Tendo sido creado de João Nunes, marchante de Provezeve, foi recrutado e mandado para o regimento de infantaria n.º 6.

Desertou do regimento, e sendo preso foi condemnado a presidio, na praça de Valença, de onde voltou ao regimento por lhe oproveitar o indulto decretado ao tempo da acclamação do sr. D. Pedro V. Tornou a desertar, e voltando para casa do seu antigo patrio, o assassino, para o roubar, entrando-o por baixo do cepo do talho.

O crime foi descoberto e o assassino preso e condemnado em conselho de guerra a desautoração, que hontem se realisoou, na presenca dos contingentes dos corpos da guarnição.

Peso da Regua—De uma interessante correspondencia dirigida d'esta villa ao *Commercio do Porto*, com data de 15 do corrente, transcrevemos os seguintes paragraphos acerca da inauguração da estação telegraphica na mesma villa:

«Ante-hontem percorreu as ruas d'esta villa a philarmonica da mesma acompanhada de grande concurso de povo para festejar a inauguração da estação telegraphica.

«Este povo acolhe sempre com enthusiasmo qualquer facto que pôde auxiliar seus passos no caminho do progresso; e aprecia, como deve, tudo o que coadjuva seu trabalho activo e honesto.

«Ao sr. Carlos Bento cabe a honra de ser o que mandou levantar os primeiros postes de Amaranthe á Regua, e ao sr. Antonio de Serpa de levar a termo o comecado melhoramento.

«Aos esforços da camara municipal e boamente da comissão reguladora se deve a remoção das difficuldades, que no conseguinte de uma casa para

collocar a estação telegraphica se offereciam, honra lhes seja.

Cumpre agora, lançando o fio através do Douro, ligar directamente a Regua e a provincia de Trás os montes com Lamego e a Beira.»

Evora—No seu noticiario agricola escreve o seguinte o *Jornal do Porto*:

«A sociedade agricola de Evora está tratando de fazer a aquisição de uma machina de debulhar a vapor, pelo sistema de Ramsomes e Sims. São muito de apreciar estes factos pela convicção que mostram haver de que não podemos nem devemos conservar-nos estacionarios, convicção que quizeramos chegasse a todos como tem calado n'alguns; mas são taes esforços de adiantamento tão raros e dispersos, que pouca esperança infelizmente nos dão de um progresso rapido e geral.

«Não cessaremos todavia nós aqui de chamar a attenção de todos para o que a todos interessa; de citar os melhoramentos que se hajam introduzido no estrangeiro, ou n'algum ponto do nosso paiz; e de apresentar bons exemplos, que sirvam de estimulo para vencer a inercia em que nos deixamos ficar; quando se devesse por todos os modos procurar desenvolver a industria agricola.

«Ainda ha pouco se organisou na Suissa uma sociedade destinada a propagar o emprego de instrumentos e machinas agricolas, estabelecendo para isso um fundo por meio de acções, de 4500 réis cada uma. Os instrumentos e machinas são alugados de preferencia aos socios, depois aos habitantes do municipio onde a sociedade tem a sua sede, e por ultimo aos cultivadores de fóra. Qualquer estrago occasionado nos utensilios, por culpa da pessoa a quem se alugam, é pago por esta; e para dirigir as machinas tem a sociedade empregados seus, cujo trabalho é remunerado tambem pelos agricultores, conforme as tarifas estabelecidas n'uma tabella. O saldo obtido, depois de satisfeitas as despesas ordinarias da sociedade, e pagos os juros das acções, é applicado á compra de novas machinas; e tanto tem prosperado a associação, que o valor das acções tem já duplicado dentro em pouco tempo.

«Aqui têm os nossos lavradores um exemplo, cuja imitação muito lhes aproveitaria, e que, ao passo que lhes assegurava um rendimento certo dos capitães empregados nas acções que comprassem, lhes offerecia igualmente a vantagem de terem á sua disposição os mais aperfeiçoados agentes mecanicos de cultura, por um preço diminuto, e cujo emprego reduziria muito as despesas da produção.»

NOTÍCIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 17 do corrente, e de Paris até 13.

Por despachos transmittidos pelo commandante em chefe das forças navaes hespanholas, consta que no dia 16 do corrente, data das ultimas noticias, continuava sem interrupção o desembarque dos objectos que se achavam ainda a bordo dos navios. O tempo melhorava sensivelmente.

No acampamento de Tetuán não occorria novidade.

Alem dos despachos que contêm estas noticias os jornaes hespanhoes publicam os seguintes

DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Despachos dados pela *Correspondencia de Espana*:

Florença, 6 de março—Eis aqui qual foi o resultado completo das votações na Toscana. Sendo a população de 1.806:940 almas, votaram 366:571 a favor da annexação, e 14:925 pela formação de um reino separado. Perderam

sarios para que o nome do ministro citado fosse excluído das listas, servindo-se do pretexto, de que as suas propriedades estavam situadas num districto differente d'aquello em que elle se tinha inscripto. O tribunal decidiu a questão a favor de Alecsandri.»

RUSSIA

As ultimas correspondencias de S. Petersburgo dão noticia de ter ultimamente chegado a essa cidade o tenente general conde Mourawieff-Amoursky, governador geral da Siberia oriental, de volta de uma viagem á China e ao Japão. Affirma-se que o general Mourawieff é portador das ratificações feitas pela corte de Pekin, tanto do tratado de cessão dos territorios situados em Mongolia, nas margens do rio Amur, como do tractado que se fez posteriormente entre a Russia e a China, para se alcançar a demarcação dos territorios que primitivamente haviam sido cedidos. (La Presse.)

—O correspondente inglez do jornal *Los Noveles* afirma, que o tratado de alliança entre a Austria e a Russia foi já assignado pela primeira d'estas potencias, sendo depois enviado para S. Petersburgo. «Em consequencia de ter sido denunciada esta alliança, que as partes contratantes queriam conservar secreta, acrescenta a correspondencia citada, a Russia não prestará auxilio á Austria, na Italia, como segundo parece se estipulára a principio, para não incorrer no desagrado da França; mas coadjuval-a-ha nos seus planos relativos aos principaes daubianos e aos assumptos da Hungria.»

INGLATERRA

O governo inglez acaba de communicar ao parlamento um novo livro azul de sessenta e quatro paginas.

No numero dos documentos que figuram n'esse livro, ha uma nota dirigida, no dia 15 de janeiro, por lord John Russell a lord Cowley, na qual o ministro declara que perdeu toda a esperanza de ver reunido o congresso. E d'este principio que elle parte para apresentar as suas quatro propostas, que são já conhecidas.

No dia 30 de janeiro, lord John Russell recebeu do governo austriaco a corteza de que a Austria não tencionava intervir pela força das armas nos estados italianos.

O novo livro azul publica ainda outros documentos que são tão positivos como o que acabamos de citar, debaixo do ponto de vista da guerra. A Austria declara muito positivamente que, sem prever o que poderá acontecer nos proximos cinco ou dez annos, não tencionava, todavia, sair hoje das suas fronteiras. Foi, attentas estas considerações, que a França reconheceu que as circumstancias a desligavam dos compromissos que contraíra em Villafranca.

Inauguração do caminho de ferro de Ciudad-Real a Badajoz

No dia 4 do corrente teve lugar, com extraordinaria pompa e indescriptivel entusiasmo, a inauguração da linha-ferrea entre Ciudad-Real e Badajoz.

Logo de manhã as ruas e praças se achavam apinhadas de um sem numero de pessoas, tanto da capital como das povoações vizinhas, que queriam assistir ao festivo popular que se preparava. Pouco depois do meio dia, saiu da casa da camara a comitiva, rompendo a marcha uma banda de musica, seguindo-se a esta duas alas de operarios do caminho de ferro, com as suas ferramentas, e apoz estes as corporações, particulares e funcionarios publicos, que haviam sido convidados. Vinham depois os membros do corpo municipal, o governador da provincia, diferentes outras autoridades, o concessionario da linha e os engenheiros da mesma.

Na praça do Pilar tinham os operarios construido um magnifico arco, e na occasião em que a comitiva chegou a esse ponto, apresentaram-se duas lindas creanças, offerecendo ao governador e ao empregado duas singelas coroas de flores, em bandejas de prata.

Foram igualmente offerecidas, tanto ao sr. Cisneros, governador, como ao sr. Formos, concessionario, algumas poesias, que estes acolheram gostosamente.

Depois de alguns instantes de demora, a comitiva seguiu da praça do Pilar para o local destinado para a inauguração, que era um pouco distante da porta de Alarcos, onde se achavam reunidas mais de 10.000 pessoas. Um tablado magnificamente adornado, e sobre o qual fluctuavam bandeiras de diferentes cores, servia de galeria ás senhoras, que tinham sido convidadas, para presenciar com commodidade a cerimonia. Ao lado d'este tablado estava o altar, e defronte d'este uma baraca de campanha.

A cerimonia começou pela leitura da real ordem de adjudicação da linha; depois o dignissimo vigário entou as preces, e abençoou as ferramentas dos operarios. O governador pegou n'um d'esses instrumentos, e fez a cerimonia de levantar uma porção de terra, dando vivas á rainha. Esta demonstração foi acolhida com o maior enthusiasmo por todas as pessoas presentes. Acto continuo, as autoridades, concessionario, engenheiro e o governador D. Henrique de Cisneros, subiram para a plataforma da baraca de campanha, e d'esse ponto o governador pronunciou uma allocução allusiva á solemnidade que ali os reunia.

Nesse discurso nota-se o seguinte paragrapho: «Na inauguração d'este caminho de ferro ha outra circumstancia de muita valia para todos os bons hespanhoes: não é possível olvidar que quando parta de Ciudad-Real a primeira locomotiva levando por escudo os leões de Castella, outra locomotiva partirá de Lisboa ostentando no seu escudo as quinas lusitanas! Solenne será o momento em que essas locomotivas se encontrem na fronteira de ambos os reinos! Se d'alem gritam: viva a Hespanha; nós responderemos: viva Portugal! Juntas e cruzadas, as bandeiras se saudarão mutuamente; e abraçando-se hespanhoes e portugueses verão, sem detrimento da sua respectiva nacionalidade e independencia, realidades a união e concordia de todos os filhos da Península! Oxalá que esse dia chegue quanto antes, ainda que seja o ultimo da minha vida!»

Em seguida o concessionario da linha declarou, que, querendo de algum modo manifestar a sua gratidão pela maneira cordial por que fôra acolhido pelo povo manchego, punha á disposição do governador a quantia de 20.000 reales, pedindo-lhe que os mandasse distribuir pelas familias pobres da povoação, acto que obteve para o sr. Formos uma ovação completa.

Pouco depois regressou, na mesma ordem, a comitiva á casa da camara, onde o corpo municipal tinha mandado preparar um magnifico lunch, a que foram tambem admitidas algumas senhoras, e onde reinou a maior cordialidade, sendo acolhidos com enthusiasmo diferentes brindes que ali se fizeram á rainha, ao exercito de Africa, á prosperidade da provincia, etc.

A uma hora da tarde, o governador da provincia dirigiu ao de Badajoz o seguinte despacho telegraphico: «N'este momento se inauguram as obras do caminho de ferro, com solemnidade e enthusiasmo. Ciudad-Real envia a Badajoz o seu fraternal abraço.» As tres horas e meia, recebeu-se a resposta do governador de Badajoz nos termos seguintes: «Badajoz aceita com regozijo a noticia da inauguração das obras do caminho de ferro, e felicita Ciudad-Real por tão fausto acontecimento.»

O resto do dia passou-se entre danças, cavalha-

das, e outros festejos populares com que a cidade solemnizava tão auspiciosa inauguração.

Uma minuciosa relação de toda a cerimonia, e de todos os festejos, saia no dia seguinte dos prelos de Ciudad-Real e levava aos confins de Hespanha e a Portugal a noticia d'este festivo successo.

NOTICIAS SCIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

DO INFANTE D. LUIZ NA ESCOLA POLYTECHNICA

BAROMETRO (PRESSÃO)	TERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m. 759,30	13,0	75,9	NNO.
3 t. 758,44	18,2	42,2	OSO.

DIA 19.	
Maxima—temperatura.....	18.9 C.
Minima.....	7.8
de noite.....	5.0
Ozone.....	3.0
de dia.....	0.0
Chuva (udometro).....	0.0 Mil.
Evaporação (vapormetro).....	5.1
Altura barométrica correcta.....	
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura á sombra.....	

NOTICIAS COMMERCIAES

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 20 de março de 1860

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Minnet, brigue inglez, capitão C. Tate, de Newcastle em 30 dias, e de Dover em 13, com carvão a O. Herold & C.; 10 pessoas de tripulação.

Petrea Smith, patacho dinamamarque, capitão J. Gaarn, de Hartlepool em 16 dias, com carvão a W. Gruis; 7 pessoas de tripulação.

Highland Brigade, barca ingleza, capitão D. Man, de Liverpool em 11 dias, com sal ao seu consul; 13 pessoas de tripulação. Destina-se para Calabar, e vem arribada em consequencia da tripulação não querer trabalhar.

Estes navios entraram e deram fundo hontem ás 7 horas e meia da noite.

Tentativa, bateira, mestre F. Maria, da Figueira em 2 dias, com madeira, feijão e encomendas; 5 pessoas de tripulação.

Hope, escuna ingleza, capitão M. M. Donal, da Terra Nova em 30 dias, e do Porto em 2, com bacalhão a M. Walsh & C.; 6 pessoas de tripulação.

Alexandre Herculanio, barca portugueza, capitão J. P. dos Santos, de Santos em 79 dias, em lastro a B. M. O. Borges & Sobrinho; 19 pessoas de tripulação.

Conceição Bomfim, hiate portuguez, mestre J. F. da Silva, de Villa Nova de Milfontes em 4 dias, com cepa; 6 pessoas de tripulação.

Maria Camilla, patacho portuguez, capitão J. B. Pereira, do Porto em 36 horas, com trigo a J. M. C. de Mendonça; 10 pessoas de tripulação.

EMBARCAÇÕES SAIDAS

Emma Elisie, barca prussiana, capitão J. Richeles, para Setubal com sal; 11 pessoas de tripulação.

Santa Clara, barca portugueza, capitão J. S. Lessa, para o Porto, com sal, madeira e mais generos; 14 pessoas de tripulação.

Estes navios foram registados hontem e saíram hoje, tendo-se demorado na enseada de Paço de Arcos.

D. Luiz, paquete portuguez a vapor, capitão F. B. Ribeiro, para os portos do Algarve, com encomendas; 20 pessoas de tripulação, e 82 passageiros.

Cora Linn, paquete inglez a vapor, capitão W. Taylor, para Glasgow, com fructa e mais generos; 15 pessoas de tripulação.

Fiuri, barca prussiana, capitão F. Muttro, para Baltimore, com sal; 12 pessoas de tripulação.

Comet, brigue prussiano, capitão W. Ruchel, para Londres, com cortiça; 9 pessoas de tripulação.

Feliz Lembrança, hiate portuguez, mestre A. T. dos Santos, para o Porto, com aguardente, barro e encomendas; 7 pessoas de tripulação.

Senhora da Conceição, hiate portuguez, mestre A. T. Palma, para o Porto, com palha; 8 pessoas de tripulação.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 20 de março de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão-tenente, commandante.

TELEGRAPHIA ELECTRICA

BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 19 DE MARÇO DE 1860

Serviço das barras

Da foz do Douro, do dia 17

Entrou o brigue inglez *Runnymede*, da Terra Nova em 14 dias.

Saídas—Vapor portuguez *Lusitania*, para Lisboa.—Hiates *Alegria do Minho*, para Caminha; e *Camões 3.º*, para a Figueira.—Brigue brasileiro, *S. José*, para o Rio de Janeiro.

Fôra da barra não se avista embarcação alguma. O mar está bom.—O vento esteve NE. brando e NO.; agora N., regulares.

Do dia 18

Entradas—Barca portugueza *Carolina*, do Maranhão, por Vigo, em 83 dias.—Patacho *Duque do Porto*, de Pernambuco, por Vigo, em 78 dias.—Patacho inglez *Mary Mateo*, de Cardiff em 8 dias.

Saídas—Patacho portuguez *Maria Emilia*, e escuna ingleza *Hope*; ambos para Lisboa.

Fôra da barra fica o vapor de guerra *Lynee*, e um brigue.

O mar está bom.—O vento esteve NE. brando, NO., agora N. regular.

De Villa do Conde, do dia 15

Não entrou nem saiu embarcação alguma. Mar bom.—Vento N.

Do dia 16

Não entrou nem saiu embarcação alguma. Mar bom.—Vento N.

De Vianna do Castello, do dia 17

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Patacho *Cruz 1.º*, para a ilha da Madeira.—Hiate *Nerão*, para Lisboa.

Em Espozende não entrou nem saiu embarcação alguma nos dias 14 e 15.

De Caminha, do dia 17

Não entrou nem saiu embarcação alguma. Mar bom.—Vento N.

Do dia 18

Não entrou nem saiu embarcação alguma. Vento NNO.—Mar bom.

Da Figueira, do dia 17

Não entrou nem saiu embarcação alguma. Fôra da barra está uma escuna prussiana com carvão.

Mar agitado.—Vento NNE.

Do dia 18

Entrou o hiate portuguez *Camões*, do Porto, com varios generos.

Saídas—Hiates portuguezes, *Dois Amigos*, para o Porto, com pedra; *Sociedade do Mondego*, para Vianna, com pedra; *Rio Cavado*, para Espozende, com pedra.—Bateira *Tentativa*, para Lisboa, com varios generos.—Cabique *Santo Antonio*, para Ceimbra, com sal.

Fôra da barra está fundeada uma escuna russiana.

Mar bom.—Vento NNE.

Da Ericeira, do dia 17

Não entrou nem saiu embarcação alguma. Mar bom.—Vento NNE.—Tempo claro.

Do dia 18

Não entrou nem saiu embarcação alguma. Mar bom.—Tempo claro.—Vento NNE.

De Villa Real de Santo Antonio, do dia 17

Não entrou nem saiu embarcação alguma, nem se avistam.

O mar está bom.—Atmosfera clara.

Do dia 18

Não entrou nem saiu, nem se avista embarcação alguma.

O mar está bom.—Vento variavel.

Do Távira, do dia 17

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Hontem entrou o cutter de guerra portuguez *Li-gueiro*, pertencente á esquadilha da costa da provincia, vindo de Faro.

O tempo continua bom.—O vento está NE. bonançoso.

Do dia 18

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

De Villa Nova de Portimão, do dia 16

Entrou o patacho holdemburguez *Peil*, de Lisboa em 12 dias, em lastro.

Saíram o lanchão portuguez *Senhora do Desterro*, para Faro, com madeira.

O brigue inglez, que andava sobre vela para entrar, fez-se ao mar e não apparece.

O mar está bom.—Vento NNE.

Do dia 17

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Portuguezes, hiates *Divina Providencia*, para Lisboa, com chumbo e mais generos; *Feliz Ventura*, para Setubal, em lastro; e cabique *S. José e Almas Feliz*, para Lisboa, com cortiça.—Falucho hespanhol *S. José*, para Ayamonte com escala por Lagos.

O mar está bom.

De Setubal, do dia 17

Entradas—Brigue prussiano *Vekumunde*, de Malaga, em lastro.—Hiate portuguez *Senhor dos Passos*, de Lisboa, com varios generos.

Saídas—Escunas dinamamarquezes *Frantz*, para Logstien; *Latena*, para Bandhasen; *Sleipner*, para Aarhusen; *Kestine*, para Elsenaur; *Ganimed*, para Elsenaur; e *Saraph*, para Elsenaur; todos com sal.

—Escuna belga *Vigilant*, para Ostendo, com sal.

—Brigue norueguês *Thraplik*, para Stavanger, com sal.

—Brigue russo *Fang*, para Libau, com sal.

—Brigue inglez *Sarah Ann*, para Londres, com sal.

—Bateira *Conceição de Maria*, para Lisboa, com carvão.

—Escuna norueguês *Alart*, para Bergen, com sal.

—Hiate portuguez *Christina*, para o Porto, com sal.

—Escuna russiana *Rakkans*, para Borge, com sal.

—Escuna dinamamarqueza *Alert*, para Harsaer, com sal.

Do dia 18

Entrou o hiate portuguez *Santa Cruz*, de Lisboa, em lastro.

Saídas—Barca prussiana *Telegraph*, para Menzel, com sal.—Hiate portuguez *Ribeiro 1.º*, para Hamburgo, com sal.—Escuna russiana *Sophia*, para Borge, com sal.—Escuna dinamamarqueza *Tordenskjold*, para Frederickshaven, com sal.

Vento N. bonançoso.

De Lagos, do dia 15

Saídas—Vapores portuguezes *Brazil* e *Visconde de Athouglia*, para Lisboa.

O mar bom.—Vento NNE. bonançoso.

Do dia 16

Entrou o patacho portuguez *Primo e Santa Rita*, de Távira, com vinho.

Saídas—Galeota austriaca *Cermann*, para Bremen, estava arribada.—Hiate portuguez *Bom Jesus*, para Setubal, estava arribado.

O mar bom.—Vento variavel.

Do dia 17

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Cabique portuguez *Jesus Piedade*, para Lisboa, com figo e amendoa.

O mar bom.—Vento SE. bonançoso.

De Faro, do dia 17

Entrou o palhote *S. João Evangelista*, de Lisboa, com generos de mercaderia e passageiros.

Saíram o cabique *Santo Antonio* e *Almas*, para Ceimbra.

Aportaram a esta barra dois botes com o capitão e seis pessoas de tripulação, pertencentes ao brigue escuna prussiano *Luick*, procedente de Inglaterra, com carga de ferro e cock, com destino para Trieste, o qual, no dia 16 á meia noite, achando-se a OSO, do Cabo de Santa Maria, em distancia de vinte milhas, sossobrou, salvando-se toda a equipagem nos ditos botes.

Muito bom tempo.—Vento variavel bonançoso. O vento esteve N., agora SO. regular.

Direcção geral dos telegraphos do reino, em 19 de março de 1860.—O director geral, J. B. da Silva.

(PARTICIPAÇÕES RECEBIDAS PELO CORREIO)

Barra de S. Martinho, do dia 13

Vento muito fresco do ONO. toda a noite e de dia NNO. e NO.—Mar agitadoissimo na costa, barra e dentro da bahia, os barcos alguns já lhe tem arrebatado as amarrações, não havendo outra novidade n'este dia.

Do dia 14

Não entrou nem saiu embarcação alguma n'este dia.

A mesma agitação de mar, na barra e dentro da bahia.

Do dia 15

Não entrou nem saiu embarcação alguma. Vento NNO.—Menos mar na barra.

Do dia 16

Não entrou nem saiu embarcação alguma. Bom tempo.—Vento fresco do N.—Mar algum tanto agitado na barra.

Do dia 17

Não entrou nem saiu embarcação alguma. Vento N.—Mar bom na barra.

Do dia 18

Não entrou nem saiu embarcação alguma. Bom tempo.—Vento N. fresco.—Mar bom na barra.

Do dia 19

Não entrou nem saiu embarcação alguma. Bom tempo.—Vento NE.—Algun mar na barra.

Capitania do porto de S. Martinho, em 19 de março de 1860.—Manuel Leocadio de Almeida, capitão do porto.

Barra de Peniche

Em data de 13 participava o capitão do porto que das embarcações que se achavam fundeadas, e que vinham mencionadas nos boletins dos dias 8 e 11 do corrente, só existiam ancoradas o hiate *Cortez*, a rasca *Albina*, e o bergantin-goleta *Harmonia*, tendo-se as outras feito de vela por causa do vento mudar para sudoeste.

Do dia 18

Entrou o hiate portuguez *Voador do Vouga*, mes-

tre Antonio Moreira Longo, do Porto com destino para Aveiro em 3 dias, em lastro; 5 pessoas de tripulação; arribado.

Do dia 19

Entrou o cabique *Aze Maria*, mestre José Maria Franco, de Setubal em 3 dias, com sal; 9 pessoas de tripulação.

Saídas.—Hiates portuguezes *Cortez*, mestre Antonio Gavinha Vianna, para Vigo e Murim, com vinho, azeite, esparto e chumbo; 9 pessoas de tripulação; *Voador do Vouga*, mestre Antonio Moreira Longo, para Aveiro, em lastro.—Rasca *Albina*, mestre Graciano Franco, para Caminha, que se achava arribada.

Capitania do porto de Peniche, em 19 de março de 1860.—O patrão-mór servindo de capitão do porto, José Joaquim Antão.

FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, em 20 de março—3 por cento consolidado a 44,50—3 dito differido a 34,70.

Bolsa de Paris, em 20 de março—3 por cento francez a 67,95—4 1/2 dito a 96.

Bolsa de Londres, em 20 de março—Consolidados de 94 1/2 a 94 3/8.

AVISOS

MONTE PIO GERAL

O ex.º sr. conselheiro presidente da assembléa geral convida a mesma para reunião, que terá lugar no dia 23 do corrente, pelas sete horas da tarde, a fim de se continuar a discutir a ordem do dia da sessão passada.—O 1.º secretario da mesa, José Guilherme dos Santos Lima.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO ESTADO

De ordem do sr. vice-presidente da assembléa geral é convocada a mesma a reunir-se no sabbado 24 do corrente, pelas 7 1/2 horas da noite, para continuar a discussão de algumas propostas sobre a reforma dos estatutos.

Lisboa e sala da associação, aos 14 de março de 1860.—F. A. M. de Figueiredo, secretario da mesa.

MONTE PIO UNIÃO

É convocada a assembléa geral a reunir-se quarta-feira 21 do corrente, pelas oito horas da tarde, em conformidade com o n.º 4.º do artigo 58.º dos estatutos.—O secretario, F. A. Souto Maior Raposo.

CENTRO PROMOTOR DOS MELHORAMENTOS DAS CLASSES LABORIOSAS

É convocada a assembléa geral para quinta-feira 22 do corrente, pelas oito horas da tarde. Ordem do dia:

- 1.º, proposta do sr. F. J. dos Santos;
- 2.º, dita do sr. Costa Pereira sobre pautas;
- 3.º, parecer sobre commercio de cereaes.

O secretario, J. A. Dias.

PUBLICAÇÕES LITTERARIAS

MURMURIOS

POESIAS ESCOLHIDAS

de

Dr. AUGUSTO JOSÉ GONÇALVES LIMA.

(1 VOLUME EM 8.º DE XXIV-364 PAGINAS)

Esta mimosa collecção, saudada logo que saiu a lume pelo applauso unanime da imprensa periodica, occupa um lugar eminente entre todas as obras semelhantes que nos ultimos tempos se têm publicadas, distinguindo-se principalmente pela harmonia e cadencia do metro, pela delicadeza dos pensamentos, e pela casta elegancia e correcção da linguagem.

Vende-se em Lisboa nas livrarias de Lavado, rua Augusta n.º 8, e Antonio Maria Pereira, dita rua n.º 186; no Porto, e mais terras do reino e ilhas, nas lojas do costume. Preço 400 réis.

A FEDERAÇÃO

FOLHA INDUSTRIAL

DEDICADA ÁS CLASSES OPERARIAS

Publicou-se o n.º 33 do 4.º volume d'este jornal. Subscreve-se e vende-se em Lisboa, nas livrarias da Silva Marques, rua Augusta n.º 2 e 3; João Paulo Martins Lavado, n.º 8; Baptista, calçada dos Paulistas n.º 23 e 24. Em Coimbra, na livraria da imprensa da universidade; no Porto, na livraria de Fonseca, rua das Hortas.—Preço em Lisboa de cada n.º pago á entrega 20 réis. Nas provincias (adiantado), tres mezes 300 réis.

A POMBA

POEMA EM SEIS CANTOS

DEDICADO A SUA MAJESTADE EL-REI O SENHOR D. PEDRO V

Continua a vender-se na rua Augusta n.º 8 e 186, numerção antiga.—Preço 500 réis.

ANNUNCIOS